



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA**

**CAMPUS V**

**CENTRO CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS**

**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**LIS DINIZ FEITOSA DE ARAÚJO**

**A AUSÊNCIA DE AUTONOMIA NA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL DURANTE  
OS PRIMEIROS ANOS DE GOVERNO BOLSONARO**

**JOÃO PESSOA - PB**

**2022**

LIS DINIZ FEITOSA DE ARAÚJO

**A AUSÊNCIA DE AUTONOMIA NA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL DURANTE  
OS PRIMEIROS ANOS DE GOVERNO BOLSONARO**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado ao Departamento do Curso  
Relações Internacionais da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de bacharel em  
Relações Internacionais

**Orientador:** Profa. Ma. Anna Beatriz Leite Henriques de Lucena

**JOÃO PESSOA  
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A663a Araújo, Lis Diniz Feitosa de.  
A ausência de autonomia na política externa do Brasil durante os primeiros anos de Governo Bolsonaro [manuscrito] / Lis Diniz Feitosa de Araujo. - 2022.  
67 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas , 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Anna Beatriz Leite Henriques de Lucena , Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Política Externa Brasileira. 2. Governo Bolsonaro. 3. Ausência de autonomia política. I. Título

21. ed. CDD 327.81

LIS DINIZ FEITOSA DE ARAÚJO

A AUSÊNCIA DE AUTONOMIA NA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL DURANTE OS  
PRIMEIROS ANOS DE GOVERNO BOLSONARO

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)  
apresentado ao Departamento do Curso  
Relações Internacionais da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de bacharel em  
Relações Internacionais

Aprovada em: 11 / 07 / 2022.

**BANCA EXAMINADORA**



Profa. Ma. Anna Beatriz Leite Henriques de Lucena (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Dra. Cristina Carvalho Pacheco  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Filipe Melo Reis  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Aos meus pais, por todo o esforço para que eu tivesse a oportunidade de estar onde estou e a confiança de que seria capaz, DEDICO.

Nossa política externa não pode estar confinada a uma única região, nem pode ficar restrita a uma única dimensão. O Brasil pode e deve contribuir para a construção de uma ordem mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso demográfico, territorial, econômico e cultural, e de ser uma grande democracia em processo de transformação social (AMORIM, 2003 *apud* BRASIL, 2007, p. 17).

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Viagens presidenciais Internacionais em 2019.....	35
Gráfico 2 – Viagens presidenciais Internacionais em 2020.....	42
Gráfico 3 – Viagens presidenciais Internacionais em 2019 e 2020.....	51

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA	Área de Livre Comércio Sul-americana
APE	Análise de Política Externa
BR	Brasil
BRICS	Brasil, Índia, China, Rússia, África do sul
CDH	Conselho de Direitos Humanos
CELAC	Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos
CF	Constituição Federal
CSNU	Conselho de segurança da Organização das Nações Unidas
DH	Direitos Humanos
EAU	Emirados Árabes Unidos
EFTA	União Europeia e Associação Europeia de Livre Comércio
EUA	Estados Unidos
FBI	Federal Bureau of Investigation
FHC	Fernando Henrique Cardoso
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério da Relações Exteriores
MTCR	Controle de Tecnologia de Mísseis
NSA	National Security Agency
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIs	Organizações Internacionais
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico-Norte

PEB	Política Externa Brasileira
PEx	Política Externa
PIF	Fundo de Investimento Público Saudita
PROSUL	Fórum do Progresso e Desenvolvimento da América do Sul
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
RIC	Rússia, Índia e China
STF	Supremo Tribunal Federal
TNP	Tratado de Não-proliferação de Armas nucleares
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNHRC	Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	O PRINCÍPIO DA AUTONOMIA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	11
2.1	Conceito de autonomia.....	12
2.2	Autonomia dentro da Política Externa Brasileira.....	15
2.2.1	<i>Contexto histórico durante o Regime Militar (1964-1985)</i> .....	16
2.2.2	<i>Contexto histórico pós-redemocratização fase I (1985-2003)</i> .....	20
2.2.3	<i>Contexto histórico pós-redemocratização fase I (2003-2018)</i> .....	23
3	CONDUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO GOVERNO BOLSONARO.....	26
3.1	Campanha presidencial.....	26
3.2	Primeiro ano de mandato.....	28
3.2.1	<i>Viagens Internacionais</i> .....	29
3.2.2	<i>Ações no primeiro ano de mandato</i> .....	35
3.3	Segundo ano de mandato.....	40
3.3.1	<i>Viagens Internacionais</i> .....	41
3.3.2	<i>Eventos Virtuais Internacionais</i> .....	43
3.3.3	<i>Ações no segundo ano de mandato</i> .....	44
4	ANÁLISE.....	48
4.1	Entre a ideologia e o pragmatismo: composição de um governo dividido.....	49
4.2	A diplomacia (presidencial e ministerial) durante o governo Bolsonaro.....	50
4.3	Alinhamento <i>versus</i> autonomia.....	54
5	CONCLUSÃO.....	57
	REFERÊNCIAS.....	59

## **A AUSÊNCIA DE AUTONOMIA NA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL DURANTE OS PRIMEIROS ANOS DE GOVERNO BOLSONARO**

### **THE ABSENCE OF AUTONOMY IN BRAZIL'S FOREIGN POLICY DURING THE FIRST YEARS OF THE BOLSONARO GOVERNMENT**

Lis Diniz F. de Araújo<sup>1</sup>

#### **RESUMO**

O presente estudo busca demonstrar que desde o período pós-ditatorial, o Brasil nunca esteve tão distante do princípio autonomista da política externa quanto nos primeiros anos do governo Bolsonaro. Para tal, foi realizada uma revisão narrativa, qualitativa e descritiva, com o propósito de trazer o máximo de informações a respeito do tema, realizando análises de artigos de jornais, documentos oficiais e teses publicadas. O artigo se divide em três seções, além da introdução e da conclusão. A primeira busca definir o conceito de autonomia e compreender seu princípio na perspectiva histórica da política externa brasileira (PEB) desde o Regime Militar. A segunda abordará a condução da PEB durante os primeiros dois anos do governo Bolsonaro. Na terceira, é feita uma análise dos atores que compõem o governo, das diplomacias presidencial e ministerial e das rupturas ocorridas. Por fim, o estudo é concluído com uma revisão dos pontos abordados e a validação da hipótese trazida pela autora.

**Palavras-chave:** Autonomia. Política Externa Brasileira. Bolsonaro.

#### **ABSTRACT**

The present study seeks to demonstrate that since the post-dictatorial period, Brazil has never been as far from the autonomist principle of foreign policy as in the early years of the Bolsonaro government. To this end, a narrative, qualitative and descriptive review was conducted, with the purpose of bringing as much information on the subject as possible, carrying out analyses of newspaper articles, official documents and published theses. The article is divided into three sections, in addition to an introduction and conclusion. The first section seeks to define autonomy and understand its principle in the historical perspective of Brazilian foreign policy (PEB), since the Military Regime. The second section will address the conduct of the PEB during the first two years of the Bolsonaro government. In the third, an analysis will be made of the actors that make up the government, presidential and ministerial diplomacies and the disruptions that occurred. Finally, the study is concluded with a review of the points addressed and the validation of the hypothesis brought by the author.

**Keywords:** Autonomy. Brazilian Foreign Policy. Bolsonaro.

---

<sup>1</sup> Bacharelanda do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba. Bolsista PROEX. E-mail: [lis.diniza@gmail.com](mailto:lis.diniza@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

Em meados da década de 1950, um fenômeno ocorre nas Relações Internacionais: a gênese do subcampo da Análise de Política Externa (APE), a partir do entendimento de que a política externa não poderia ser analisada apenas como uma ação isolada, mas sim como um processo (HUDSON, 2002; HERMANN, 1990; RAMANZINI JR; FARIAS, 2021). Dentre os pressupostos teóricos da APE está a constatação de que a política externa (PEEx) não pode ser compreendida independente da política doméstica e a noção de que os Estados não definem suas metas e deliberações apenas de uma forma racional (MENDES, 2020). Então, além da diplomacia, a política externa torna-se resultado da dinâmica interativa entre os ambientes doméstico e internacional<sup>2</sup> (FIGUEIRA, 2017). Partindo desse pressuposto, compreende-se os Estados como não monolíticos, e sim formados por um conjunto amplo e complexo de atores.

Logo, o engendramento dos estudos sobre APE deixa clara a importância de considerar aspectos domésticos no processo de formulação de uma política externa. Dessa forma, o princípio da autonomia também pode ser visto sob a perspectiva da política externa brasileira, de forma a entender a PEEx não apenas como a ação, mas como um processo, sendo fruto de um governo formado por diversos atores, como o Presidente da República, o Ministro das Relações Exteriores, atores que compõem a burocracia do Itamaraty, o círculo íntimo do Presidente etc. Destacando-se, além do Executivo Nacional, o Poder Legislativo e os grupos de interesses domésticos (MILNER, 1997 *apud* FIGUEIRA, 2017).

A partir deste entendimento, o presente estudo busca investigar a premissa de que, desde o período pós-ditatorial em 1985, o Brasil nunca esteve tão distante do princípio autonomista da política externa quanto nos primeiros anos do governo Bolsonaro. Para verificá-la, será realizada uma revisão narrativa, qualitativa e

---

<sup>2</sup> Robert Putnam (1988) abre caminhos para estudos sobre a dimensão doméstica da política externa, ao ser um dos primeiros autores a inserir a variável doméstica e estabelecer o *jogo de dois níveis*, para explicar o vínculo entre a política interna e as relações internacionais. O primeiro nível trata-se do âmbito internacional, no qual os governos buscam potencializar a capacidade de lidar com as pressões internas e minimizar as consequências exteriores. Já o segundo, trata-se da esfera doméstica, na qual os grupos locais perseguem seus interesses e pressionam o governo para que tais ânsias sejam realizadas. Nesta teoria, o Estado é representado pelo negociador-chefe, a quem cabe o papel de tomada de decisões e a mediação entre o nível 1 e 2.

descritiva por meio da análise de artigos acadêmicos, documentos oficiais, teses publicadas e reportagens jornalísticas.

O trabalho, então, divide-se em quatro seções, além desta introdução. Na primeira, é apresentado o princípio da autonomia de forma geral e seu significado na literatura sobre a PEB. Enquanto em uma perspectiva geral autonomia é entendida como autogoverno (BOBBIO, 1998), para países subdesenvolvidos trata-se, além do direito de formular sua própria política, não ser constrangido ou influenciado por Estados mais poderosos ao exercê-la (VIGEVANI; CEPALUNI, 2009). Através dos conceitos de *autonomia pela distância*, *autonomia pela participação* e *autonomia pela diversificação*, delimitados por Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2009), o estudo volta a 1964, início da Ditadura Militar, período em que é possível contextualizar e coletar exemplos de alinhamento e autonomia.

A segunda seção examina de que forma ocorreu a condução da política externa após a posse de Jair Bolsonaro (2019 - atual) como Presidente da República. Após uma breve retrospectiva de sua campanha presidencial, apresenta as viagens presidenciais feitas nos anos de 2019 e 2020. Na sequência, aponta as principais decisões tomadas, relativas à PEx, e acordos firmados em cada ano.

A penúltima seção faz uma análise dos atores que compõem o governo e o influenciam. Neste momento, é possível observar a divisão do governo na ala ideológica e na ala pragmática (SARAIVA; SILVA, 2019). Verifica-se também a baixa importância dada às diplomacias presidencial e ministerial, e analisa os processos de *ruptura* e *descontinuidade* enfrentados pela PEB. Por fim, o estudo é encerrado com uma revisão dos pontos abordados.

## **2 PRINCÍPIO DA AUTONOMIA NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

Para Matias Spektor (2014), há pouco mais de cinquenta anos o Brasil iniciou o projeto autonomista, responsável por guiar seu comportamento nas relações internacionais. O objetivo seria “aumentar o controle nacional sobre o ritmo, escopo e profundidade de adesão ao processo inescapável da globalização” (SPEKTOR, 2014, p. 18) e, para logrã-lo, a capacidade de barganha da política externa brasileira deveria ser alavancada. Contudo, Tullo Vigevani e Haroldo Ramanzini Junior (2014) apontam que esta ação, mesmo que ainda não estivesse estabelecida como projeto na política externa, ocorreu em diferentes momentos da história brasileira, com maior ou menor

intensidade, e assim permanecem até a atualidade. A seguir, uma breve explicação do que é a autonomia em questão e como ela se desenvolveu nos anos citados.

## 2.1 Conceitos de autonomia

À luz da Ciência Política, Norberto Bobbio (1998, p. 85) afirma que a autonomia pode ser entendida como “autogoverno; descentralização e centralização”, sendo o autogoverno compreendido não por “uma posição jurídica, como a autonomia, a autocefalia e a autarquia, mas uma figura organizativa como a autoadministração”. Ordinariamente, o termo é compreendido como “the right of an organization, country, or region to be independent and govern itself; the ability to make your own decisions without being controlled by anyone else.”<sup>3</sup> (CAMBRIDGE DICTIONARY, 1995).

Para as Relações Internacionais, o termo é entendido pelo *mainstream* como a legitimação de Estados soberanos considerados unidades equivalentes em uma ordem internacional anárquica, como sumarizam Tullo Vigevani e Gabriel Cepaluni (2009, p. 27). Contudo, a autonomia ainda pode ser assimilada em pelo menos três sentidos diferentes. O primeiro princípio está relacionado à “sobrevivência”, ao modelo de territorialidade e soberania westfaliano; o segundo à “propriedade”, referente a capacidade que o Estado possui de estruturar e atingir objetivos políticos e econômicos, tendo-o ou não dentro da esfera doméstica e internacional; e, por fim, a “liberdade” vinculada às preferências nacionais e aos objetivos do país, como argumentam Roberto Russell e Juan Gabriel Tokatlian (2002, p. 160).

Embora a autonomia - em todas as suas percepções - seja um interesse compartilhado pela política externa dos Estados contemporâneos, historicamente, este propósito tem uma maior importância para os países subdesenvolvidos, a América-Latina como destaque (RUSSELL; TOKATLIAN, 2002). A literatura especializada, segundo Matias Spektor (2014), aponta que isto ocorre principalmente com a relação América Latina-Estados Unidos, devido à tendência imperialista da potência.

A partir disso, questionamentos da existência de anarquia internacional dentro das relações internacionais são propostas. Vigevani e Cepaluni (2009) trazem o indagamto realizado por Krasner (1999 *apud* VIGEVANI; CEPALUNI, 2009) sobre

---

<sup>3</sup> "O direito de uma organização, país, ou região de ser independente e governar a si próprio; A habilidade de tomar suas próprias decisões sem ser controlado por ninguém" (tradução livre).

a soberania westfaliana ao qual acredita-se que possa ser respondida por Russell e Tokatlian (2002) quando explicam que é possível que um Estado soberano perca sua autonomia, mas mantenha sua soberania, pois autonomia está relacionada a uma condição em que se pode ou não ter, enquanto a soberania, relacionada ao Direito Internacional, trata-se de reconhecimento e igualdade jurídica dos países. Embora a soberania da ordem internacional possa ser colocada em questionamento por outros motivos, como quando potências invadem Estados menores, alegando questões humanitárias, nucleares ou outras que, por vezes, não são comprovadas. Logo a autonomia para países do terceiro mundo, vai ser entendida como

a condição que permite que os Estados formulem e implementem sua política externa independentemente do constrangimento imposto por Estados mais poderosos. Esse termo se insere em um *continuum* com dois tipos polares ideais: dependência total (ou alinhamento) e completa autonomia (VIGEVANI; CEPALUNI, 2009, p. 34)

sendo esse um direito que os Estados poderão ou não ter.

Com a política externa brasileira (PEB) não poderia ser diferente. Spektor (2014) deixa claro que a PEB é marcada pela busca da autonomia, investindo em um projeto autonomista, desde aproximadamente a metade do século XX. A meta da PEB consistiu na ampliação do controle brasileiro sobre o desenvolvimento, objetivo e gestão do processo de globalização, focando em formas de aumentar o poder de barganha nacional. Para tal, fomentar o desenvolvimento da América do Sul e transformá-la em um espaço de projeção do capitalismo brasileiro.

A busca pela autonomia brasileira fica mais fácil de ser entendida quando Vigevani e Cepaluni (2009) apontam haver três meios através dos quais um Estado poderia lográ-lo, baseando dois deles na classificação proposta pelo diplomata Gelson Fonseca Júnior (1998). Ela não é a única categorização conhecida, mas a que parece melhor se adequar à realidade e aos objetivos propostos neste artigo. Vigevani e Cepaluni (2009) então, esclarecem que as formas para atingir a autonomia podem ser aplicadas em conjuntos e indicam que ela é sempre uma questão de grau (intensidade), sendo baseada em *hard* e *soft power*<sup>4</sup> dos países e das circunstâncias sistêmicas pelas quais estão passando.

---

<sup>4</sup> Desenvolvidos por Joseph Nye (2004), *hard power*, ou poder duro, trata-se a capacidade de levar o outro a fazer o que se quer, usando de meios demonstração de força, sendo esses meios militares, sanções econômicas ou incentivos financeiros. Enquanto *soft power*, ou poder brando, trata-se de uma

A primeira, *autonomia pela distância*, caracteriza-se pela autarquia e protecionismo econômico, fundamentada em um profundo nacionalismo e apartamento dos principais temas externos, voltando-se principalmente para alianças entre o hemisfério sul. Ou seja, uma política de contestação à agenda deliberada pelas grandes potências que não desejam a alteração do *status quo* e organizações internacionais, tais como Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional etc. Apresenta uma diplomacia que resiste principalmente ao imperialismo estadunidense. Seu período histórico de maior destaque foi o da política externa durante a Guerra Fria, sendo mais característico em alguns governos militares, como o de Ernesto Geisel. Entretanto, para alguns autores, como Lessa *et al.* (2010) esse isolamento não aconteceu de maneira proposital, mas sim pela falta de articulação e recursos.

A *autonomia pela participação* corresponde a uma atuação externa mais intensa, assim como uma maior adesão dos ideais liberais e dos regimes internacionais basilares, visando influir e integrar sua formulação, mesmo os liberais como a Organização Mundial do Comércio. Nesse caso, a finalidade seria participar da elaboração dos princípios e regras que mantêm o sistema internacional, sem perder a independência de gerir sua política exterior. Acredita-se que, assim, as metas nacionais seriam alcançadas de forma mais efetiva, uma vez que os princípios também passariam a ser propagados pelas principais potências. Além da necessidade de incorporar novos temas à agenda externa do país como defesa dos direitos humanos, proteção ambiental, transição democrática e as reformas liberais e a aceleração da integração latino-americana (VIGEVANI; CEPALUNI, 2007), devido à globalização. Historicamente, seu período mais marcante foi gerenciado por Fernando Henrique Cardoso (FHC)<sup>5</sup>, mas foi também em sua gestão que houve o início de seu fim (SPEKTOR, 2014)

Enfim, a *autonomia pela diversificação* baseia-se na busca de alianças com parceiros internacionais não tradicionais (como Ásia, África, Europa Oriental e Oriente Médio), apostando no multilateralismo na intenção de mitigar desigualdades, sem gerar conflitos ou romper suas parcerias com os países centrais. Também tem como propósito aumentar o poder de negociação do Estado e seu fortalecimento em um sistema multipolar e mais balanceado. Para Vigevani e Cepaluni (2007), foi só na PEB

---

influência indireta, a capacidade de gerar desejo no outro para que ele escolha seguir seu exemplo, geralmente associado à cultura, valores políticos e política externa (POLITIZE, 2022).

<sup>5</sup> 1º mandato de 1995 a 1998, sendo reeleito para o 2º mandato de 1998 à 2002.

de Luiz Inácio Lula da Silva que houve a mudança gradativa de *autonomia pela participação* para a qual eles nomearam de *diversificação*.

Outras classificações de autonomia também tiveram destaque, como *autonomia antagônica e relacional* (RUSSELL; TOKATLIAN, 2002) e *autonomia pela integração* (LAMPREIA, 1998). Autonomia antagônica trata-se da capacidade de um Estado em isolar-se e controlar processos e eventos externos, enquanto autonomia relacional se define por contraste a anterior, desenvolvidas através de relações e participações, principalmente em organizações e regimes internacionais. Já a *autonomia pela integração* foi o termo desenvolvido pelo ex-ministro das relações exteriores Luiz Felipe Lampreia (1998), para caracterizar a política externa brasileira do governo FHC, que, contrapondo-se ao isolamento anterior, articula-se com o meio internacional. Ao fim e ao cabo, tais conceitos são muito semelhantes aos já apresentados, autonomia pela distância e pela participação.

Não obstante, para acessar a autonomia, os países periféricos também devem compreendê-la através de sua posição marginal e dispor de duas condições básicas: *viabilidade nacional* e *permissividade internacional*. A primeira está relacionada a força de trabalho (recursos humanos) e bens públicos (recursos naturais e tecnológicos) que permitam sua incorporação internacional. Já a segunda, faz referência a capacidade de neutralizar uma ameaça externa (JAGUARIBE, 1979).

Historicamente, a autonomia brasileira mostrou estar em grau mais elevado quando mais distante dos Estados Unidos. Letícia Pinheiro (2004) relata que, ao longo do século XX, a PEB destacou-se pela busca de formas de poder que permitissem ao Estado uma autonomia mais intensa no cenário internacional, através, principalmente, do multilateralismo, ainda que não significasse um completo afastamento da potência americana, como será visto adiante.

## **2.2 O princípio da autonomia na Política Externa Brasileira**

Política Externa refere-se ao conjunto de ações e decisões de determinado ator, geralmente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos, pensado desde oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional (PINHEIRO, 2004). Em um plano geral, retrata os interesses e ideias dos representantes do país sobre sua colocação no sistema internacional. Logo, a “Inserção Internacional do Brasil” como também pode ser assimilada, trata-se

principalmente de conhecer as demandas relacionadas, os grandes eixos de atuação, as principais variáveis explicativas e os atores envolvidos de acordo com André Silva e Bruna Riediger (2016).

Os autores, contudo, ressaltam que a PEx alcança mais do que sua inserção internacional e ações externas, e deve ser compreendida, ainda, pelo processo de formulação da política que evidencia os atores estatais e não estatais, o papel desenvolvido pelo Ministério das Relações Exteriores e outros órgãos governamentais como a própria Presidência da República, além de consagrar um espaço da política interna. Esta não sendo apenas a agenda de cada governante que ascende a presidência, mas estando garantida pela Constituição Federal (CF) brasileira de 1988. O art. 4º da CF/1988 estabelece que:

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios: I – independência nacional; II – prevalência dos direitos humanos; III – autodeterminação dos povos; IV – não intervenção; V – igualdade entre os Estados; VI – defesa da paz; VII – solução pacífica dos conflitos; VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo; IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; X – concessão de asilo político.

Ademais, seu parágrafo único prevê que o Estado brasileiro deve buscar integração econômica, política, social e cultural com os povos da América Latina, tendo por objetivo a construção de uma comunidade regional.

O art. 88º da CF/1988, incisos I, VII e VIII também estabelecem parâmetros alusivo às relações internacionais. Estes devem ser adotados pelo representante do poder executivo, como a nomeação e exoneração de Ministros (o qual se inclui o das Relações Exteriores), manutenção de relações com países estrangeiros e o crédito aos seus diplomatas e a consagração dos tratados, convenções e atos internacionais. Essas premissas determinadas pela constituição, fomentam a ideia de que a ação externa brasileira se destacou, ao longo da última década (SPEKTOR, 2014), pela busca de recursos que endossassem uma maior autonomia do país no plano internacional.

### **2.2.1 Contexto histórico durante o Regime Militar (1964-1985)**

Após o golpe militar apoiado pelos Estados Unidos em 1964, Castello Branco (1964-67) assumiu a presidência trazendo para a política externa brasileira o paradigma americanista, já conhecido pelo país. O Presidente acreditava que

segurança e desenvolvimento estavam conectados; o primeiro, determinado pelo grau de desenvolvimento econômico, enquanto o segundo não poderia ser alcançado sem segurança. No binômio segurança-desenvolvimento a política interna seria definida, e, como consequência, a externa também, desenvolvida através da ideia de círculos concêntricos de fronteiras ideológicas<sup>6</sup> (PINHEIRO, 2004). A ideia de um “relacionamento especial” com os EUA fez com que seu governo fosse pautado na interdependência, trazendo o alinhamento automático durante os primeiros anos, que como em outros momentos da história brasileira, não se mostrou frutífero.

Durante o período, o Acordo Internacional do Café (1962) foi motivo de embate entre os países. E, se por um lado o Brasil mantinha-se alinhado à potência norte-americana, por outro, buscou desenvolver seu plano comercial com parcerias para além do hemisfério, devido a sua falta de retorno econômico. Durante todo governo de Castello Branco, os Estados Unidos instigaram a cooperação brasileira na Guerra do Vietnã, a qual sempre foi de solidariedade, não compactuando com o envio de combatentes (SILVA; RIEDIGER, 2016). Tais pontos de desacordo também refletiram quando, em 1966, o então Presidente norte-americano Lyndon Johnson (1963-69) fez um pronunciamento condenando ditaduras na América Latina, suprimido o apoio dado pelo próprio governo estadunidense à muitas delas (SILVA, 2021).

O governo sucessor, de Costa e Silva (1967-69), possuía uma postura mais autonomista e, embora não se desvencilhasse da orientação política e militar ocidental, ficou conhecido pela diplomacia da prosperidade. Esta denunciava a inoperância da política anteriormente adotada e previa adotar uma relativa autonomia dos Estados Unidos. Além disso, estava pautada no desenvolvimento nacional através de instrumentos internos e da incorporação do eixo Norte-Sul em sua agenda, o que evidenciou a divergência de interesses brasileiros e estadunidenses, pois enquanto o primeiro preocupava-se com seu desenvolvimento, o segundo estava dedicado à manutenção de sua segurança (OLIVEIRA, 2005).

Nessa época, alguns pontos de atrito entre as nações brasileira e estadunidense se fortaleceram. As limitações à importação de café solúvel brasileiro,

---

<sup>6</sup> Fronteiras ideológicas significava que, “diante da ameaça e da expansão do comunismo, as fronteiras territoriais e nacionais não eram mais válidas. Na lógica da Guerra Fria, estas poderiam ser ultrapassadas, visto que não havia mais soberania nacional a ser respeitada quando os valores da civilização democrática e cristã estivessem sob ameaça”. Enquanto círculos concêntricos eram entendidos como “áreas estratégicas em que o Brasil deveria intervir (através de alianças e/ou pressão militar) em casos de ameaça à estabilidade do seu governo” (SIMÕES, 2010, p. 158).

redução do corpo americano em solo tupiniquins e problemas têxteis foram alguns deles, mas o principal conflito se deu quando o Brasil se recusou a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP). Nesta ocasião, o Brasil também buscou negociar com países subdesenvolvidos e promover uma parceria com Portugal, embora passasse a questionar as estruturas econômicas internacionais. Apesar de apresentar resultados modestos, o governo de Costa e Silva destaca-se por estabelecer um deslocamento na relação BR x EUA que foi continuado nos governos seguintes e constituiu a tentativa brasileira de adquirir uma maior margem de barganha (SILVA; RIEDIGER, 2016).

Com a ascensão de Médici à presidência (1969-74), o Brasil chega ao seu milagre econômico<sup>7</sup>. O Projeto Brasil Potência previa a entrada do país no primeiro mundo e seu chanceler Mário Gibson Barbosa desenvolveu uma importante atuação, no que ficou conhecido como diplomacia do interesse nacional (SILVA; RIEDIGER, 2016). O Ministros das Relações Exteriores destacava que a política comercial desenvolvida deveria estar relacionada ao planejamento de desenvolvimento do Brasil e à não proximidade ideológica.

Há, durante o governo, uma convergência de interesses brasileiros e estadunidenses em assuntos políticos e de segurança, como demonstrados na relação dentro da Doutrina Nixon<sup>8</sup>, mas esta não se estende para o nível comercial. O vínculo tem suas rachaduras aprofundadas, em razão dos subsídios do café solúvel e da manutenção da posição brasileira em não assinar o TNP, além do decreto do mar territorial em 200 milhas e questões de direitos humanos. Em alternativa, a relação com a América Latina e África são fortificadas, pois “o objetivo do Brasil era procurar uma reinserção dentro do sistema capitalista que lhe permitisse superar a fase de subdesenvolvimento” (OLIVEIRA, 2005, p. 57), mas nota-se uma certa ambiguidade na política externa do país, ao não adotar um posicionamento assertivo em seus relacionamentos, o que só seria corrigido no governo seguinte.

---

<sup>7</sup> Durante o governo Médici a economia brasileira entra em fase de expansão acelerada, na qual se mantém por quase sete anos. Mas, se por um lado o modelo de desenvolvimento econômico aplicado pelo país avança o consumo de petróleo, bens e equipamentos, por outro há um aumento exacerbado da dívida externa. O Brasil, que em 1968 devia aproximadamente US\$ 4 bilhões, passa a dever no final do governo US\$ 13 bilhões e quase US\$ 50 bilhões em mais alguns anos (OLIVEIRA, 2005).

<sup>8</sup> A Doutrina Nixon, inicialmente Doutrina Guam, foi difundida em 1969 e configurou uma mudança no manejo da hegemonia norte-americana no pós-II Guerra Mundial. Após as dificuldades da Guerra do Vietnã, o governo Nixon atribuiu aos seus aliados maiores responsabilidades na manutenção e custeio de suas necessidades securitárias (JAEGER, 2016).

Ernesto Geisel (1974-79) marca a segunda metade do regime militar. Em sua gestão o globalismo é implantado através da política pragmática ecumênica e responsável, marcando a mudança de paradigma brasileiro (PINHEIRO, 2004). Ela seria “pragmática” por tomar decisões baseadas no interesse do país, independente de alinhamento; “ecumênica” por ser universal e contar com abrangência de parceiros econômicos; e “responsável” no sentido de ser uma PEx ética. No contexto vigente, o Brasil encontrava-se em uma situação de vulnerabilidade, seja pelo aumento da dívida externa ou pela crise econômica mundial, acelerada pela crise do petróleo de 1973 e o fim do milagre econômico.

Diante disso, buscou operar mundial e multilateralmente, visando contrabalancear sua dependência dos Estados Unidos, que permaneceram exercendo o protecionismo comercial. Durante essa época, a política externa brasileira caracterizou-se pelo esforço de implementar um projeto de corte autonomista, logrado ao estabelecer relações com países desenvolvidos da Europa Ocidental e Japão, e países subdesenvolvidos da África e do Oriente Médio. Sua tentativa de industrialização e promoção de exportações garantiu a diversificação de parceiros comerciais e a redução de importações estadunidenses nos anos 1970 (SILVA; RIEDIGER, 2016). Nota-se o caráter inovador no governo Geisel (SPEKTOR, 2004), com importantes mudanças em todos os setores relevantes da agenda externa.

Responsável por marcar o final do período ditatorial, João Figueiredo (1979-85) mantém os princípios básicos do governo anterior, mas atua no reforço da posição de que o Estado brasileiro não deveria ser visto como um ator secundário a nível internacional (LIMA, 1994 *apud* OLIVEIRA, 2005). Sua política externa, então, aprofunda-se no conceito do universalismo, pelo qual o Brasil deveria garantir sua inserção no sistema internacional. É com o chanceler Saraiva Guerreiro que a visão de país de Terceiro Mundo se torna mais nítida, mas seus interesses estavam também atrelados a países desenvolvidos, o que justificava sua mundialização. Neste ponto, as relações com os Estados Unidos, que pareciam estar se encaminhando para uma aproximação, foi novamente afastada com a Guerra das Malvinas em 1982, na qual o Estado brasileiro manteve sua parceria com o país argentino.

Após vinte e um anos do golpe, a ditadura militar foi encerrada. Seu espólio para a inserção internacional brasileira foi abstruso, como apontam Silva e Riediger (2016, p. 140):

O regime militar deixou uma herança de maior internacionalização do país, um extenso parque industrial (embora desigualmente desenvolvido e distribuído) e uma grande lista de conflitos com os EUA. Por outro lado, passou para os civis um país falido e, relações a finanças nacionais, com a maior dívida externa do mundo, os maiores índices de inflação até então registrados na história do Brasil e uma enorme dívida social.

Em suma, o regime deixa, não somente, o legado de maior internacionalização do país, mas o aumento das fricções com os Estados Unidos, entre um fracassado alinhamento automático, em seu início, e a busca de autonomia através da *distância*, mantida até o fim do período. Além de profundas crises domésticas, que diferente da política externa exercida, não adotavam um comportamento progressista.

### **2.2.2 Contexto histórico pós-redemocratização fase I (1985-2006)**

José Sarney (1985-89) foi o primeiro Presidente civil a exercer o cargo pós-ditadura, assumindo o lugar de Tancredo Neves que havia falecido. Para Oliveira (2005), ainda que as mudanças internas fossem óbvias, externamente a política não ficou marcada por alterações profundas. Na verdade, sua implementação encontrou dificuldades, devido a fatores como a crise econômica que reduziu sua capacidade de projeção de poder e reposicionamento estratégico no âmbito internacional, recusa do Diálogo Norte-Sul, ampliação de mecanismos protecionistas dos países desenvolvidos, juntamente a tendência de formação de blocos econômicos<sup>9</sup> e os novos temas internacionais.

Política e economicamente, o Brasil era pressionado pelo EUA em realizar uma liberalização comercial pelos EUA, que defendia o fim do tratamento especial aos países em desenvolvimento. A resposta brasileira se manteve com a diversificação de parceiros e com a introdução da diplomacia presidencial<sup>10</sup>, através da qual o Presidente da República (PR) visitou todos os países da América do Sul (além do México e da Costa Rica) e fortaleceu o relacionamento com a Argentina, que deram início ao que culminaria na criação do Mercado Comum do Sul (SILVA; RIEDIGER,

---

<sup>9</sup> “Blocos são associações de países cujo objetivo é estabelecer relações comerciais privilegiadas entre si. Esse processo se inicia com a extinção de tarifas comerciais e pode chegar, no limite, ao fim de fronteiras” (LACERDA, 2005, p. 12).

<sup>10</sup> Como seu nome sugere, é a diplomacia exercida pelo Presidente, na qual além das viagens e recepções de autoridades internacionais, há um novo modelo de gestão diplomática e processo de tomada de decisão, sem implicar na redução do papel desenvolvido pelo Itamaraty (SILVA; RIEDIGER, 2016).

2016). Além da Argentina, a China e o continente africano tornaram-se importantes parceiros brasileiros e houve a retomada de relações diplomáticas com Cuba, interrompidas desde o golpe e com a União Soviética (URSS). Vigevani e Cepaluni (2009) apontam que essas mudanças impossibilitaram que o Brasil continuasse adotando uma política externa orientada pela noção de autonomia pela distância.

Foi na gestão Fernando Collor (1990-92) que a crise de paradigmas, iniciada em governos anteriores, atingiu seu clímax (PINHEIRO, 2004). Primeiro, houve uma tentativa de retomada do paradigma americanista (tendo em vista o contexto pós-Guerra Fria), que resultou ineficaz, além de ter significado para alguns autores<sup>11</sup> um alinhamento automático. Então foram implementadas ações visando expandir o crédito internacional do Brasil, em adição a tentativa de retorno de algumas premissas do globalismo, mas a divisão das relações sul-sul, não permitiam uma ação conjunta no momento. Tais atitudes introduziram princípios da autonomia pela participação que seria consolidada anos mais tarde, no governo FHC (VIGEVANI; CEPALUNI, 2009)

Dentre os destaques de sua gestão, ao lidar com o neoliberalismo, Collor acelerou de maneira inesperada a criação do Mercosul, já integrado com o Paraguai e Uruguai, além da Argentina. Este, por sua vez, teve um sentido não somente econômico, mas também estratégico ao fortalecer a atuação brasileira no cenário regional. Embora tenha havido a retração da percepção e relações terceiro-mundistas, ao final do seu governo, numa tentativa de salvá-lo, o Presidente tenta retomar diretrizes das políticas externas anteriores, voltados à bilateralização, mas esta se mostra ineficaz com a oficialização do processo de *impeachment* e sua renúncia.

Itamar Franco (1992-94), assim como seu predecessor, não conseguiu implementar uma política externa clara e coerente, pois enfrentou um período de instabilidades econômica e política muito forte. Ambos os governos foram marcados por uma gestão breve e de mudanças de seus ministros das Relações Exteriores (VIGEVANI; CEPALUNI, 2009). Todavia, diferente do Presidente anterior, Itamar empenhou-se em manter a liberalização econômica com o apoio do seu primeiro e segundo Ministro das Relações Exteriores, respectivamente Fernando Henrique Cardoso e Celso Amorim que buscaram empreender uma agenda mais autônoma e desenvolvimentista (PINHEIRO, 2004). Exemplos disso foram a valorização do Mercosul e a aproximação sul-americana, assim como de países emergentes para

---

<sup>11</sup> VIGEVANI; CEPALUNI, 2009. FAVERÃO, 2006. SPEKTOR, 2019.

além do continente (Índia, China, África do Sul) e a retomada do discurso multilateral com a diplomacia de desenvolvimento, desarmamento e democracia (SILVA; RIEDIGER, 2016).

Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) se destacou ao fazer com que as relações exteriores atingissem uma nova dimensão na história brasileira, havendo a ampliação do espaço e de formadores de opinião pública durante sua gestão. A diplomacia presidencial foi sua marca, muito provavelmente relacionada a sua ocupação no MRE, no governo anterior (SILVA; RIEDIGER, 2016). Enquanto para alguns autores a diplomacia presidencial tratou-se do desvio do tema de reorientação da PEx no sentido do paradigma neoliberal, para Pinheiro (2004) um novo paradigma foi inaugurado, ao qual ela chamou de “institucionalismo pragmático”. Este teve como objetivo uma maior autonomia em articulação com o meio internacional, voltando-se para os interesses do Brasil e usando de ganhos absolutos e relativos de forma complementar.

Dentre as medidas tomadas, FHC viu no continente asiático potencial de desenvolvimento e aprofundou as relações com a China, assim como com a África do Sul e Índia. Buscou equilibrar o diálogo com os Estados Unidos no quadro das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e fora dela por meio do diálogo entre Mercosul e União Europeia, reiterando a imagem do Brasil como um *global player e global trader*<sup>12</sup>. Ademais fortaleceu a ideia de autonomia pela participação ao utilizar como instrumentos à defesa dos interesses brasileiros: o pragmatismo, o pacifismo, o respeito ao direito internacional, a defesa da autodeterminação e não intervenção. Também garantiu a participação brasileira ativa na organização e na regulamentação das relações internacionais, nas mais diversas áreas (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003), tornando o Brasil signatário do TNP e do Controle de Tecnologia de Mísseis (MTCR), além de ter uma maior participação da Organização Mundial do Comércio (OMC). Ao final da gestão, assumiu uma postura crítica à globalização assimétrica a qual promovia desigualdades, mas sem retomar o discurso terceiro-mundista adotado por governos anteriores.

---

<sup>12</sup> Vigevani (2003, p. 14) explica que “*global trader* exprime a ideia de que o Brasil tem interesses globais, podendo assumir posições e agendas diversificadas, buscando mercados e relações sem vincular-se a um único parceiro”. Enquanto *global player* é definido por Ivan Pereira (2015, p. 81) como “um ‘jogador mundial’, ou seja, país cuja influência é grande dentro do sistema”.

### **2.2.3 Contexto histórico pós-redemocratização fase II (2006-2018)**

Luiz Inácio Lula da Silva (2003-10) trouxe uma mudança dentro da continuidade (LAFER, 2001 *apud* VIGEVANI; CEPALUNI, 2009) para política externa brasileira, em sua gestão presidencial. Ele ainda a considerava um instrumento para o desenvolvimento econômico, manutenção e aumento da autonomia do país. As mudanças são principalmente estratégicas, na qual Vigevani e Cepaluni (2009) enfatizam a busca da autonomia, que passa a ser pela diversificação, ainda que não hegemônica, entre formuladores da PEB, mas como uma forte tendência entre seus principais líderes convencidos da adoção de uma posição contrária à hegemonia e favorável ao multilateralismo. Foi basilar em sua agenda, a busca de parceiros estratégicos no sul global, visando mitigar assimetrias de poder e um equilíbrio maior nas relações, inclusive com os Estados Unidos.

Lula então seguiu uma agenda multilateral e universalista, com a revalorização de fóruns multilaterais, negociando de forma mais incisiva na ALCA quanto às demandas brasileiras; tentando assumir lideranças nas coalizões sul-sul dentro da OMC; e reivindicando um assento permanente no Conselho de Segurança através de seu Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Foram motivos de enfoque as relações bilaterais com países similares em todos os continentes, sendo destaque países emergentes como Rússia, Índia, China e África do Sul (formação BRICS) e em âmbito regional, o Mercosul constituiu um eixo de inserção internacional do Brasil e a tentativa de um polo mais autônomo na região ou da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) para aumentar o poder nacional, outras regiões (SILVA; RIEDIGER, 2016).

Dilma Rousseff (2011-16) foi a sétima Presidente pós-redemocratização<sup>13</sup> e primeira mulher eleita presidenta do país. A estratégia econômica desenvolvimentista do projeto de desenvolvimento interno traçada no governo anterior foi continuada, e os propósitos de consolidação do Brasil como potência regional em um mundo multipolar, diversificação de parceiros comerciais e o foco nas relações sul-sul permaneceram como o meio para lográ-lo. Contudo, muitos comportamentos

---

<sup>13</sup> 7ª Presidente pós redemocratização, no vigésimo nono período de Governo Republicano, considerando o ex-presidente Tancredo Neves, o qual mesmo falecendo sem o exercício do cargo, a lei nº 7465, de 21 de abril de 1986, determinou, em seu artigo 1º, que “passaria a figurar na ‘Galeria dos que foram ungidos pela nação brasileira para a suprema magistratura, para todos os efeitos legais” (BRASIL, s/d).

derivaram de fatores exógenos. A crise econômica mundial que havia eclodido em 2008, perdurou no início da década 2010, fazendo com que Dilma encontrasse um cenário desfavorável, o país perdesse o protagonismo da política global e suas movimentações tivessem uma postura reativa, de acordo com Ranielle Jesus e Ricardo Ribeiro (2019 *apud* CERVO; LESSA, 2014), o que foi considerado o declínio do Brasil nas relações internacionais.

Para João Marcelo Cornetet (2014), isso significou a contenção da continuidade da política externa brasileira e no que se refere à busca dos objetivos nacionais de autonomia e desenvolvimento, sua política tornou-se menos efetiva e ousada, o que somada a uma conjuntura internacional instável, enfraqueceu a ação externa do país (JESUS; RIBEIRO, 2019). A situação torna-se perceptível a partir da redução da diplomacia presidencial<sup>14</sup>, mesmo com a manutenção das viagens internacionais e recuo das iniciativas de política externa. Além do afastamento do Itamaraty, refletido na diminuição da formação de novos diplomatas, da criação de novos postos para os cargos e esforços para a área.

Para além da crise econômica, Cornetet (2014) aponta outros choques externos que ajudaram na contenção como a Primavera Árabe, revoltas populares e a crise na relação com os Estados Unidos. Embora no início da gestão tenha um sinal de estreitamento do vínculo tenha sido realizado, quando pela primeira vez um presidente estadunidense visitou a um brasileiro<sup>15</sup>, sem que este tivesse realizado o ato antes, a relação foi estremecida com as revelações de espionagem da National Security Agency (NSA), não só da Presidente, como também de empresas estatais brasileiras. Tais acontecimentos, somados a uma grave crise interna no segundo mandato de Rousseff, resultaram em seu impeachment<sup>16</sup>.

Em um cenário de relativa instabilidade e oportunidades com o *Brexit* e a eleição para a presidência dos Estados Unidos de Donald Trump, Michel Temer (2016-18) assumiu a presidência ainda em 2016. Em sinal de rompimento da política adotada anteriormente - ainda que fosse o ex-vice de Dilma Rousseff - Temer

---

<sup>14</sup> O jornal Folha de São Paulo (FSP, 2011), todavia, aponta uma “diplomacia de resultados” praticada por Dilma. Esta é corroborada por autores como Silva e Riediger (2016) e indica menos simbolismo e mais ganhos concretos.

<sup>15</sup> O Presidente dos Estados Unidos Barack Obama (2009-17), realizou uma visita oficial ao Brasil entre os dias 19 e 21 de março de 2011 (MRE, 2011), sendo o este, o primeiro destino de uma sequência de viagens realizadas pelo Presidente na América do Sul.

<sup>16</sup> Alguns estudiosos e camadas da sociedade consideraram o processo de impedimento ilegítimo, todavia, tratar das causas que levaram ao *impeachment* está além dos objetivos propostos neste trabalho, para maiores informações ver Martuscelli (2020), Araújo *et al* (2018) e Singer *et al* (2016).

escolheu um político (José Serra) e não um diplomata de carreira para comandar o MRE, como havia sido nos últimos governos. Em âmbito sul-americano, ocorre o afastamento da Venezuela dentro e fora do Mercosul<sup>17</sup>, gerando um conflito diplomático que resulta na consideração do diplomata brasileiro em Caracas como *persona non grata*, com a recíproca brasileira.

Nas organizações internacionais (OIs), há uma crítica pela não adoção de políticas assertivas contra o desmatamento e violações de direitos humanos, além do abandono de incentivo da reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU). Temer passou a atribuir menor importância à OMC, discursando que a instituição teve sua relevância diminuída. Para César Oliveira (2018, p. 307) o governo buscou “privilegiar relações comerciais e econômicas, que não necessariamente tinham como objetivo o alcance do interesse nacional”. Essas buscas foram feitas de maneiras bilaterais, em uma diplomacia presidencial reduzida e com traços de política pública negligenciada (OLIVEIRA, 2018).

A estratégia de uma mudança abrupta na política externa não foi bem sucedida. Apesar dos votos de mudanças, eles não foram verdadeiramente colocados em prática e a PEx foi deixada para segundo plano. Portanto, não houve o redirecionamento da inserção internacional brasileira, tão pouco o cumprimento da promessa de colocar o Brasil no centro das discussões internacionais, retirando a sua imagem de país emergente (SIMÕES, 2015). De acordo com Luciana Alves (2018) os destaques positivos da PEx de Temer, seriam o pedido de entrada formal do Brasil na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o desdobramento das negociações para firmar o acordo entre Mercosul e União Europeia e a maior agilidade ao quitar dívidas brasileiras perante organismos internacionais e banco multilaterais dos quais faz parte<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> "A Venezuela está suspensa desde 12/2016 por descumprimento de seu Protocolo de Adesão e, desde agosto de 2017, por violação da Cláusula Democrática do Bloco" (IBGE, 2018).

<sup>18</sup> Segundo dados do Ministério do Planejamento (*apud* ALVES, 2015) em 2015 foram pagos R\$766 milhões; em 2016, R\$3 bilhões; em 2017, R\$1 bilhão; e a previsão para 2018 era de R\$1,5 bilhão.

### 3 CONDUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO GOVERNO BOLSONARO

Jair Messias Bolsonaro (2019-), cuja política externa é o objeto de estudo do presente artigo, assumiu a presidência em 1 de janeiro de 2019, após conturbadas eleições no ano anterior. Eleito Deputado Federal pelo Rio de Janeiro desde 1991, destaca-se politicamente em 2016, durante o processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, ao utilizar de propaganda negativa e retórica intransigente (SAMPAIO, 2016) principalmente em suas redes sociais. Nessa mesma época, sinaliza o desejo de ascender à Presidência<sup>19</sup> ao se identificar como ferrenho opositor, não só da corrupção que declarava haver no governo petista, mas de toda a esquerda e ideologia por eles criadas, na tentativa de instaurar o comunismo no Brasil<sup>20</sup>.

O ano de 2016, embora não seja de eleições, incita consequências que se desdobraram durante o período eleitoral. A nível doméstico, o país passava por uma crise política, gerando comoção e grande manifestação da opinião pública. Há repercussões da operação Lava Jato<sup>21</sup>, destaque para a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) e o afastamento do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha. A nível internacional, acontece a saída do Reino Unido da União Europeia (*Brexit*) e a vitória de Donald Trump nas eleições estadunidenses (POLITIZE, 2016).

#### 3.1 Campanha presidencial

Guilherme Casarões (2019a) relata que, durante as eleições de 2018, a política externa já não é mais um tema marginal, passando a ser um tema central, mesmo que às vezes não seja entendido como política externa brasileira para o grande público. Há nos debates, por exemplo, aparições recorrentes de temas envolvendo China e Venezuela<sup>22</sup>.

---

<sup>19</sup> “Bolsonaro se filia ao PSC e é lançado como pré-candidato à Presidência” (O GLOBO, 2016)

<sup>20</sup> Embora sejam frases usualmente ditas em entrevistas e discursos oficiais do presidente, estas falas podem ser encontradas em seu Plano de Proposta de Governo: O caminho da prosperidade (2018).

<sup>21</sup> A “Lava Jato” foi uma operação, iniciada em março de 2014, que investigou um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobras, grandes empreiteiras do país e políticos (CIOCCARI, 2015).

<sup>22</sup> “Bolsonaro promete agir contra Venezuela e Cuba” (ESTADO DE MINAS, 2018).

“Anti-venezuela, Bolsonaro imita ideias chavistas;” (FSP, 2018a).

“Venezuela: Bolsonaro fala sobre ‘ditadura de Maduro’ e rejeita intervenção”. (EXAME, 2018).

“Não podemos permitir que compre o nosso Brasil” diz Bolsonaro sobre a China” (CORREIO BRAZILIENSE, 2018).

Ainda em transição candidato-parlamentar, Bolsonaro realiza três viagens internacionais: a primeira para Israel, em 2016, sendo algo mais simbólico, pois é o momento em que ele verbaliza a vontade de ser Presidente e se batiza como evangélico; a segunda, em 2017, para os Estados Unidos, onde integra o debate americano ao discutir armamento, tem um enfoque da mídia e como passo mais significativo, embora não tão reconhecido quanto o anterior, conhece o professor Olavo de Carvalho<sup>23</sup>; e em sua terceira viagem, vai ao Japão, Coreia do Sul e Taiwan, em busca de soluções para a educação brasileira, mas causa conflitos ao ir para Taiwan - território que a China reivindica como seu - e fazer comentários sinofóbicos, gerando da embaixada chinesa uma declaração de repúdio.

Para Casarões (2019a), Bolsonaro construiu grande parte de sua trajetória na política presidencial tentando mimetizar as ações e o fenômeno eleitoral realizado por Trump. Era importante para sua campanha que ele se apoiasse na identidade política já construída pelo norte-americano, e a reprodução desses discursos e comportamentos, já durante sua candidatura, eram notáveis, chegando a ser bem recebido, por ele, o apelido de “Trump dos trópicos”<sup>24</sup>, dado pela mídia.

Durante a candidatura, de fato, foi liberado *O Caminho da Prosperidade* (TSE BR, 2018), plano de proposta de governo, que, embora conte com 81 páginas, mostra-se um documento escasso de propostas ou indicativos de como seriam realizadas tais ações. Na capa, ademais do título, há as palavras “constitucional, eficiente e fraterno”, o slogan de sua campanha<sup>25</sup>, presente em todas as suas folhas e o versículo João 8:32<sup>26</sup>.

Apesar da incoerência, suas propostas para a política externa brasileira foram pautadas em uma política supostamente sem conotação ideológica, ou seja, em seu entendimento o Brasil deveria “se afastar de relações com governos de esquerda, sobretudo na região” (HERNÁNDEZ; MESQUITA, 2020, p. 551). Ainda como candidato, Bolsonaro também propôs: (a) encerrar o Foro de São Paulo; (b) deixar de louvar ditaduras assassinas e desprezar ou mesmo atacar democracias importantes como EUA, Israel e Itália; (c) aprofundar nossa integração com todos os irmãos latino-americanos que estejam livres de ditaduras; (d) dar ênfase nas relações e acordos

---

<sup>23</sup> Escritor e autoproclamado filósofo, tornou-se guru de grupos de ultradireita, por suas ideias propagadas em livros, vídeos e postagens em redes sociais (RODRIGUES, 2019).

<sup>24</sup> “Trump of the Tropics” (BBC, 2018a).

<sup>25</sup> “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”.

<sup>26</sup> “E conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará” (BÍBLIA SAGRADA, Jo, 8, 32).

bilaterais; (e) redução de muitas alíquotas de importação e das barreiras não-tarifárias (TSE BR, 2018).

Ademais, durante entrevistas e debates do qual fez parte, Bolsonaro também informou sua intenção de revogar a lei de imigração e criar campo de refugiados, para imigrantes venezuelanos; mudar a embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém; fechar a Embaixada da Autoridade Palestina no Brasil; retirar o Brasil do Acordo Climático de Paris e da Organização das Nações Unidas (ONU), mas brevemente voltou atrás, argumentando que se referia ao Comitê de Direitos Humanos. Muitas dessas decisões, embora controversas e perigosas para o Brasil, seriam tomadas em consonância com as decididas pelos Estados Unidos (BBC, 2018b).

### 3.2 Primeiro ano de mandato

No dia 1º de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro assumiu a presidência do Brasil, mas em seu discurso de posse, não tratou de forma direta a política externa do país. Indiretamente a citou, quando abordou temas associados a suas promessas de campanha para a área, como que estava em uma missão para libertar o Brasil da submissão ideológica e o tornar livre de amarras; que haveria a valorização da família, respeito às religiões e tradição judaico-cristã; além do combate a ideologia de gênero e conservação dos valores tradicionais (BRASIL, 2019a), referenciando posturas que também seriam adotadas na Organização das Nações Unidas.

A escolha para dirigir o Ministério das Relações Exteriores (MRE), indicação de Olavo de Carvalho, foi o diplomata Ernesto Araújo, que nunca havia comandado uma embaixada, mas chamou atenção pelo conservadorismo e ideias peculiares expostas em seu blog pessoal<sup>27</sup>. Em seu discurso de posse, Araújo (MRE, 2019a) fez citações em tupi, grego, latim e espanhol, referenciando de músicas a novelas; assim como seu chefe, trouxe questões ideológicas, religiosas – o ódio à casa (*oikofobia*) e a Deus (teofobia) - e falou sobre a libertação e renovação brasileira; atacou a ordem global e

---

<sup>27</sup> O blog constantemente mencionado por estudiosos, jornais e principalmente o próprio Ernesto, não se encontra mais disponível, todavia alguns de seus artigos podem ser encontrados na Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), publicados pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI). Atualmente o ex-ministro possui um canal no youtube “Ernesto Araújo Logopolítica”, disponível em: <[https://www.youtube.com/channel/UCwc5XjWib4QYJtiMVjhH\\_Lw](https://www.youtube.com/channel/UCwc5XjWib4QYJtiMVjhH_Lw)>.

o globalismo<sup>28</sup>; disse que não permitiria que pessoas de fora da carreira começassem a atuar no Itamaraty e propôs uma aproximação com Israel, Estados Unidos, Itália, Hungria e Polônia<sup>29</sup>.

Somente após vinte e cinco, de trinta e dois minutos de fala, o então ministro apresentou um plano de ação. Este consistia na promoção do agronegócio, comércio agrícola, tecnologia e capacitação tecnológica, e investimentos em infraestrutura e energia, junto a outros ministérios. A “promoção comercial dentro do Itamaraty” foi o mais enfatizado, sendo dito que chegaria a ser quadruplicada e que as negociações seriam feitas através de uma posição de força (MRE, 2019a). Emprego, renda, soberania e o Itamaraty como casa para os brasileiros, também foram defendidos pelo chanceler, mesmo que seu discurso não tenha sido acessível ao grande público.

### **3.2.1 Viagens Internacionais**

As ações para com a política externa começaram a ser tomadas com a primeira viagem para o exterior, realizada entre 22 a 25 de janeiro para o Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça. Considerada um insucesso pela mídia, seu discurso de estreia, de aproximadamente 5 minutos e 40 segundos, foi o primeiro de um representante do hemisfério sul e país fora do G7<sup>30</sup>. Ele apresentou elementos tradicionais da extrema-direita e abordou a anticorrupção, sendo apontado como incoerente pela mídia nacional e internacional, quando um de seus filhos, o senador Eduardo Bolsonaro e três de seus ministros, estavam sendo investigados pelo mesmo motivo (NYT, 2019). Nenhum acordo foi registrado.

A viagem mais aguardada, todavia, foi a primeira visita oficial do novo governante aos Estados Unidos. Realizada em março do mesmo ano, o Presidente brasileiro, acompanhado dos Ministros das Relações Exteriores, Economia e Segurança<sup>31</sup>, encontrou-se com empresários, investidores e autoridades norte-

---

<sup>28</sup> “O momento em que o comunismo (...) ocupa o coração que tinha sido deixado vazio da sociedade liberal.” (ARAÚJO, 2019, p. 10) – CADERNOS DE POLÍTICA EXTERIOR. Embora constantemente dado a entender como “globalização”, esta é a definição dada por Ernesto Araújo na abertura do seminário sobre globalismo, em 10 de junho de 2019, no Palácio Itamaraty e registrado nos Cadernos de Política Exterior.

<sup>29</sup> Nesta data, este eram países em que o ultraconservadorismo e a extrema-direita estava em crescente (O GLOBO, 2019).

<sup>30</sup> Sete dos países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo: Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá (LIMA; NASCIMENTO, 2010).

<sup>31</sup> Na época: Ernesto Araújo, Paulo Guedes e Sérgio Moro, respectivamente.

americanas. Contudo, o ápice da viagem foi a reunião com o Presidente Donald Trump (2017-21) na Casa Branca, onde discutiram a designação do Brasil como aliado não pertencente à Organização do Tratado do Atlântico-Norte (OTAN)<sup>32</sup>, o apoio à candidatura brasileira à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)<sup>33</sup>, a crise na Venezuela e o acordo de salvaguardas tecnológicas na área espacial<sup>34</sup> (RÁDIO CÂMARA, 2019). Aponta-se a decisão unilateral da retirada do visto de turista para ingresso de estadunidenses no Brasil e o estabelecimento de uma parceria entre a polícia federal e o *Federal Bureau of Investigation* (FBI)<sup>35</sup> como outros resultados da viagem (UFMG, 2019).

Logo em seguida, Bolsonaro escolheu o Chile como o primeiro país da América do Sul a ser visitado, o que chamou atenção por este ser geralmente um espaço da Argentina, terceiro maior parceiro comercial do país (FSP, 2018b) e também governado por um líder liberal<sup>36</sup>. Todavia, corroborou com o posicionamento dado em 2018 pelo Ministro da Economia Paulo Guedes, sobre a Argentina e o MERCOSUL não serem prioridades. Nesta viagem, além de encontrar-se com o Presidente chileno, Sebastián Piñera (2018-22), e lançarem uma declaração presidencial conjunta o Plano de Trabalho acordado (MRE, s/d), Bolsonaro participou da criação do Fórum do Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL), em resposta às instituições de governança regional de governos anteriores (HERNÁNDEZ; MESQUITA, 2020), mais especificamente a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), juntamente à Argentina, o Chile, Paraguai, Peru, Equador, Guiana e Colômbia.

Finalizando a sequência de compromissos internacionais do mês de março, o presidente brasileiro foi a Israel, onde visitou locais históricos e encontrou o primeiro-

---

<sup>32</sup> A designação de aliado extra-OTAN foi uma decisão do Presidente dos Estados Unidos, significando uma maior cooperação em segurança e defesa. De acordo com a página Embaixada e Consulados dos EUA no Brasil (2019), para o Brasil, as vantagens se traduzem na colaboração no desenvolvimento de tecnologias de defesa; acesso privilegiado à indústria de defesa dos EUA; e aumento do intercâmbio militar, exercícios e treinamentos, bem como acesso especial ao financiamento de equipamentos militares.

<sup>33</sup> Além da retirada do Brasil do Pacto de Migração, esta foi a única proposta de campanha colocada em prática e que apresentou resultados. Embora a candidatura brasileira para OCDE tenha sido realizada em 2017, no governo Temer (COZENDEY, 2019), é com Bolsonaro que a entrada do país se torna mais palpável.

<sup>34</sup> Explicado mais adiante.

<sup>35</sup> "Departamento Federal de Investigação".

<sup>36</sup> Entre 2015 e 2019 a Argentina foi presidida por Mauricio Macri, líder e fundador do partido Propuesta Republicana (PRO), que se configura como um partido de centro-direita próximo a tradição liberal conservadora, o qual integra (BOHOSLAVSKY; MORRESI, 2016).

ministro Benjamin Netanyahu (2019-21). Apesar de falar em sua campanha sobre a transferência da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, optou pela abertura de um escritório comercial na cidade e embora acordos de cooperação tenham sido firmados entre os líderes, sua viagem foi entendida como simbólica, pois não gerou muitos efeitos práticos (BBC, 2019a). Ademais, foi marcada pelo rompimento com a tradição diplomática brasileira, após o Presidente visitar o Muro das Lamentações, local considerado sagrado e motivo de disputa entre israelenses e palestinos.

Em sua segunda visita aos Estados Unidos, Bolsonaro visitou a cidade de Dallas, no estado texano, onde se reuniu com empreendedores, o ex-presidente George Bush (2001-09) e recebeu o prêmio personalidade do ano da Câmara de Comércio Brasil-Estados Unidos, entregue anualmente a um brasileiro e um estadunidense. A cerimônia deveria ter sido realizada em Nova York, mas devido às críticas recebida por empresários e pelo prefeito da cidade, Bill Blasio (2014-22), a viagem foi alterada (JORNAL NACIONAL, 2019). De acordo com a revista Veja (2019a), a visita ao ex-presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, não foi premeditada e nem partiu de um convite ou combinado com Bush, como o Presidente brasileiro havia dado a entender.

A primeira visita de Estado de Bolsonaro para Argentina ocorreu em junho de 2019, quando ele foi recebido na Cidade Autônoma de Buenos Aires, pelo então Presidente da República Argentina, Mauricio Macri (2015-19). Na ocasião, os Presidentes dialogaram sobre uma agenda bilateral, regional e internacional (MRE, 2019b), a Ilhas das Malvinas e o apoio brasileiro à soberania argentina; assim como uma possibilidade de criação de uma moeda unificada, o peso-real. A cooperação na área energética também foi debatida, mas o principal tema do encontro foi o MERCOSUL e a negociação do acordo comercial do bloco com a União Europeia<sup>37</sup> (BBC, 2019b), que ocorre desde 1999.

Ao final do mês de junho, o Presidente brasileiro participou da Cúpula do G20<sup>38</sup> que ocorreu em Osaka, no Japão. Com a prisão de um membro da equipe de apoio à

---

<sup>37</sup> Projeto de integração econômico e regional, iniciado com acordos de cooperação no pós-2ª Guerra Mundial. Desde então teve a adesão de países da região, adoção de mercado único e adoção do euro como moeda comum (UE, s/d).

<sup>38</sup> Também conhecido como G20 Financeiro, é um fórum econômico que reúne 19 países (Alemanha, África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Holanda, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia e Turquia) desenvolvidos e em desenvolvimento, mais a União Europeia. (VIANA; CINTRA, 2010.)

comitiva<sup>39</sup>, Bolsonaro enfrentou dificuldades já na chegada ao país (FSP, 2019a). Em sua estreia como chefe de Estado, no grupo de maiores economias do mundo, o governante brasileiro precisou lidar com críticas dos líderes europeus francês e alemão, às políticas ambientais brasileiras. Emmanuel Macron (2017-), Presidente da França, ameaçou não dar seguimento ao acordo entre blocos pelo mesmo motivo. Tais situações foram revertidas após encontros privados com ambos e o acordo pode ser selado em Bruxelas. Ao final do evento, Bolsonaro participou de reunião informal com o BRICS<sup>40</sup> e reuniu-se bilateralmente com outros cinco líderes<sup>41</sup>, tendo o encontro com Xi Jinping (2013-) cancelado<sup>42</sup> (FSP, 2019a).

Pela segunda vez em solo argentino, Bolsonaro foi a Santa Fé, por um único dia, em julho de 2019 para a Cúpula do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Nesta viagem, o Brasil assumiu a presidência *pro tempore* do bloco, sendo a integração fronteiriça, em todos os seus âmbitos, o foco principal das discussões. Também foram manifestadas algumas propostas que pretendiam ser realizadas no grupo durante o mandato, como a concretização do Acordo de Livre Comércio com a União Europeia (BARROS; SAMÚRIO, 2019).

Em setembro, Bolsonaro foi para a 74ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), que ocorreu em Nova York, Estados Unidos. Como tradição, o Presidente brasileiro abriu a sessão discursando para outros 192 países membros da ONU. Após alegar que o país esteve à beira do socialismo “respaldados por entidades de direitos humanos do Brasil e da ONU” (BRASIL, 2019b), o governante citou os acordos do MERCOSUL com a União Europeia e Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), alegou que altas das queimadas se davam por fatores sazonais e culturais, que a Amazônia estava bem preservada e que não haveria mais demarcações de terras indígenas. Seu discurso foi encerrado com falas de garantia da democracia,

---

<sup>39</sup> O sargento Manoel da Silva Rodrigues foi detido no dia 25 de junho de 2019 por tráfico internacional de drogas, no aeroporto de Sevilha (Espanha), com 37 quilos de cocaína, onde permanece desde então. O policial utilizou um avião da Força Aérea Brasileira (FAB) e estava em missão oficial, na qual fazia parte da equipe de 21 militares que acompanhavam a viagem do Presidente Jair Bolsonaro ao Japão, para a reunião do G-20 (CNN, 2022).

<sup>40</sup> “O BRICS é o grupo das principais economias emergentes composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul” (tradução livre) (BRICS, 2016).

<sup>41</sup> Além de Macron e Merkel (2005-21), o Bolsonaro teve encontros bilaterais com representantes: dos Estados Unidos Donald Trump (2017-21); Japão, Shinzo Abe (2012-20); Singapura, Lee Hsien-Loong (2004-); Índia, Narendra Modi (2014-); e Arábia Saudita, Mohammed bin Salman (2015-) (FSP, 2019a).

<sup>42</sup> O encontro com o Presidente da República Popular da China, Xi Jinping, foi cancelado pelo Presidente brasileiro que alegou o atraso na agenda do presidente chinês e seu voo de retorno ao país natal como motivo (FSP, 2019a).

liberdades de expressão, religiosa (ignorando religiões de matriz africana) e de imprensa, além de pautas usualmente internas do seu governo, como ideologia de gênero<sup>43</sup>. Bolsonaro foi duramente criticado pela falta de dados que corroborassem com sua fala e o pouco espaço dado para a defesa da agenda liberal, uma vez que sua comunicação foi voltada à base interna e a seus aliados no cenário global (EL PAÍS, 2019).

Dando início a uma sequência de viagens presidenciais internacionais em outubro, Bolsonaro visitou Tóquio, capital do Japão, para a cerimônia de entronização do imperador Naruhito (2019-). Em documento oficial, o Ministério das Relações Exteriores (2019c) informou que o Presidente brasileiro foi o único representante das Américas a participar do evento e lá, pôde reunir-se com Primeiro-Ministro japonês, Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelenski (2019-) e com o Príncipe Charles, da Inglaterra, além de ir a encontros com a comunidade brasileira no Japão e empresários japoneses do Grupo de Notáveis Brasil-Japão<sup>44</sup>. De acordo com o documento, os principais resultados giraram em torno do relançamento de relações políticas e a articulação para um acordo de parceria entre MERCOSUL e Japão.

Dando continuidade à missão, o governante brasileiro foi a Pequim para sua primeira visita de Estado à China. Com um discurso completamente diferente do proferido durante a campanha eleitoral, agora Presidente, Bolsonaro reuniu-se com seu homólogo, Xi Jinping e já no início das negociações declarou isenção de visto chinês para turismo ou negócios em território brasileiro, embora não tenha sido recíproco. Ao final da viagem foram assinados onze acordos de cooperação nas áreas de política, economia, energia, educação, ciência, tecnologia, comércio e agricultura (MRE, 2019d), mas nenhum grande negócio foi firmado.

Bolsonaro realizou sua primeira viagem oficial ao mundo árabe visitando Abu Dhabi, onde foi recebido pelos Xeique Mohammed bin Zayed Al Nahyan (2004-22) e Mohammed bin Rashid Al Maktoum Vice-Presidente e Primeiro-Ministro (2006-) dos Emirados Árabes Unidos (EAU) e Emir de Dubai. O foco da viagem eram as áreas militar e comercial. Na primeira área foi firmado um acordo internacional no campo de defesa; na segunda o Brasil buscava reforçar a posição de principal parceiro latino-

---

<sup>43</sup> Falsa premissa na qual o tema da desconstrução dos papéis de gênero tradicionais teria por consequência a destruição da família tradicional e a sexualização das crianças (REIS; EGGERT, 2017).

<sup>44</sup> "Mecanismo que reúne CEOs de grandes empresas japonesas com vultosos investimentos no Brasil, como Toyota, Sumitomo, Mitsui e IHI Corporation" (MRE, 2019c, p. 2).

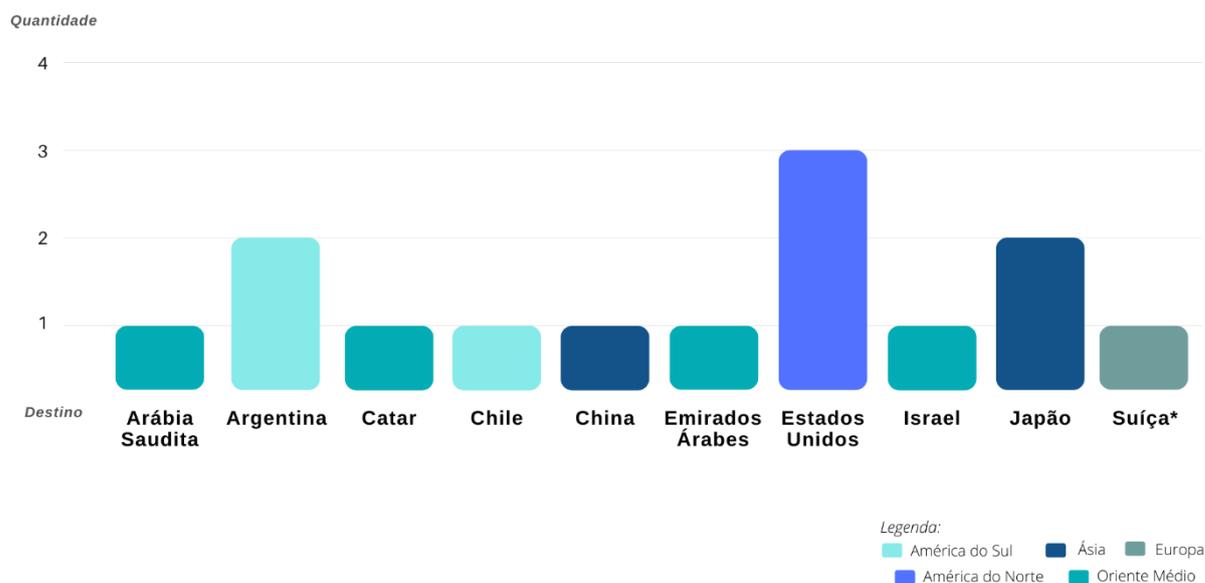
americano do EAU, mas além do diálogo com o Xeiq, o Presidente apenas participou de um evento com representantes do setor privado (MRE, 2019e). De acordo com a Agência Brasil (2019a), ao total foram firmados oito atos bilaterais entre os países em várias áreas, entre elas paz e segurança, cooperação econômica, inteligência artificial, meio ambiente e defesa.

Em seu penúltimo destino da missão Ásia-Oriente Médio, Bolsonaro visitou Doha, capital do Catar, sendo recebido pelo Emir Xeiq Tamim bin Hamad Al Thani (2013-). Os líderes enfatizaram as relações bilaterais, firmando acordos nos campos de defesa, serviços aéreos, vistos, saúde, organização de grandes eventos e cooperação entre academias diplomáticas. Além de ressaltarem a necessidade de combate ao terrorismo e intensificar a cooperação para combatê-lo (MRE, 2019f). Bolsonaro também participou da mesa-redonda, na qual lideranças de negócios do país visitado foram informados sobre o cenário e oportunidades para investimento no Brasil. Em nota (MRE, 2019f), o governo destacou o Memorando de Entendimento em Assuntos Relativos à Defesa que tinha por objetivo promover a cooperação na área de Defesa, enfatizando logística, medicina militar e fornecimentos de produtos relacionados.

Em sua última visita de Estado de 2019, Bolsonaro foi a Riade, na Arábia Saudita, maior parceiro comercial brasileiro, no Oriente Médio. Mantendo a linearidade da missão, a atração de investimentos foi a principal pauta, além de buscar expandir os negócios agropecuários e mitigar o desconforto causado pelo anúncio da transferência da embaixada do Brasil em Tel Aviv para Jerusalém (UOL, 2019). Em resultado da conversa com o Rei Salman bin Abdulaziz (2015-) houve a assinatura de acordos e memorandos de entendimento entre os países nas áreas de cooperação, defesa, cultura e vistos (MRE, 2019g), assim como “os dois lados expressaram seu apoio à concordância do Fundo de Investimento Público saudita (PIF) em explorar potenciais oportunidades de investimentos mutuamente benéficos em até US\$ 10 bilhões” (MRE, 2019h). Como nos países anteriores, o governante brasileiro também participou de eventos em que empresários e investidores estiveram presentes.

Ao total, Jair Bolsonaro realizou quatorze viagens presidenciais internacionais em seu primeiro ano de gestão, como mostra o gráfico à seguir:

### Gráfico 1 – Viagens Presidenciais Internacionais em 2019



Fonte: Elaboração própria<sup>45</sup> com base nos dados de Poder360 (2020)<sup>46</sup>.

Dessas excursões, nenhuma foi oficialmente para o continente europeu, pois embora a sua primeira viagem como Presidente da República tenha sido para Davos, na Suíça, o objetivo era o Fórum Econômico Mundial, como dito anteriormente.

#### 3.2.2 Ações no primeiro ano de mandato

Com a política externa do seu governo em foco, Bolsonaro usou a PEB como peça central na construção de uma nova identidade brasileira (CASARÕES, 2020). No início do seu primeiro ano de mandato, o governante buscou redefinir aspectos fundamentais das relações internacionais, como aliados e inimigos, pautado em um discurso de nações fortes e soberanas que se opunham ao multiculturalismo e fronteiras abertas. Os resultados podem ser observados, além da agenda de viagens

<sup>45</sup> Foi escolha da autora, para melhor visualização e compreensão do(a) leitor(a), adicionar a sub-região referente ao Oriente Médio.

<sup>46</sup> Esta autora buscou primeiro por fontes oficiais como Portal da Transparência e Ministério das Relações Exteriores, em que tais informações estivessem aglutinadas. O MRE é citado por diversas vezes (por declarações oficiais) no presente trabalho, comprovando a veracidade de tais viagens. Enquanto no Portal da Transparência não se encontram informações, especificamente, sobre as viagens internacionais do Presidente da República (outros membros de seu governo, como ministros e seus gastos, podem ser encontrados), mesmo quando solicitados através de e-mail. Dia do último acesso: 17 de maio de 2022.

internacionais estabelecidas, suas consequências e movimentações em parcerias estratégicas e órgãos multilaterais.

A primeira decisão relacionada à área, do até então novo Presidente, foi a revogação da adesão ao Pacto Global para a Migração, que havia sido assinado pela administração anterior apenas algumas semanas antes. Embora o governante tivesse alegado soberania estatal para a realização desta escolha, o texto do acordo não retirava a soberania de qualquer signatário ou lhes exigia o recebimento de um certo volume de estrangeiros (CORREIO BRAZILIENSE, 2019). A decisão também não foi bem-vista pela comunidade internacional (SPOSATO; LAGE, 2020), uma vez que os brasileiros que vivem fora do país seriam os maiores prejudicados, pois não poderia ser aplicado o instituto da reciprocidade no tratamento dado a eles.

Outra tomada de decisão polêmica, consequência da primeira viagem de Estado realizada, foi a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas. Este previa a proteção de dados de tecnologia estadunidense, em troca do uso do Centro Espacial de Alcântara (MA) para lançamento de foguetes e espaçonaves, no qual o Brasil contaria com acesso restrito e controlado apenas por agentes autorizados pelo governo dos Estados Unidos. Tal situação levantou o debate relacionado à soberania brasileira e o uso de direitos de propriedade intelectual, como instrumentos de influência e coerção para com países com baixo desenvolvimento tecnológico (SILVA *et al*, 2020).

De acordo com o noticiário da Universidade Federal de Minas Gerais (2019), ainda resultantes dessa viagem, o governo Bolsonaro eliminou, unilateralmente, a necessidade de visto para a entrada de turistas estadunidenses, canadenses, japoneses e australianos, no país. Sinalizou, ainda, que acataria ao pedido de abdicação brasileira do *status* diferencial na Organização Mundial no Comércio, para conseguir o apoio norte-americano à candidatura do Brasil para a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Todavia,

o tamanho das economias não elimina a heterogeneidade característica dos países considerados em desenvolvimento, nem faz desaparecer hiatos de produtividade ou níveis de pobreza ainda importantes (COZENDEY, 2019, p. 63).

Isto foi apontado pela população e por estudiosos, dividindo opiniões quanto a decisão tomada. Alguns meses depois, uma suposta carta assinada pelo Secretário de Estado

Mike Pompeo (2018-21) e revelada pela emissora *Bloomerang*, indicava que o governo americano não apoiava a candidatura do BR (BBC, 2019c). O Presidente dos EUA manifestou-se em suas redes sociais, alegando que seria “notícia falsa”.

No âmbito dos Direitos Humanos, Estados Unidos e Brasil se organizaram para a formação da Aliança Internacional para Liberdade Religiosa<sup>47</sup>, projeto voltado para a defesa da perseguição religiosa, que conta com países como Colômbia, Hungria e Polônia na vanguarda. Ademais, o Brasil foi reeleito como membro do Conselho de Direitos Humanos (CDH) da ONU por mais quatro anos, juntamente à Venezuela no grupo latino-americano caribenho - fato este que lamentaram em nota oficial a imprensa (MRE, 2019i). Todavia, a Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves (2019-22), comemorou e anunciou que defenderia bandeiras mais tradicionais dos Direitos Humanos, tirando o foco excessivo das minorias (GAZETA DO POVO, 2019). Esta nada mais foi que uma fala complementar as atitudes do próprio Presidente, que já havia difamado o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (UNHRC)<sup>48</sup>, Organizações Não-Governamentais (ONG) e ativistas humanitários; e invertido seu voto na ONU sobre questões de gênero, direitos de saúde reprodutiva e violações dos DH israelitas contras palestinos (CASARÕES, 2020).

Uma atitude vista como vitória para o governo foi a conclusão da parte comercial do Acordo de Associação entre Mercosul e União Europeia, em junho. As negociações que ocorriam há quase duas décadas representavam uma das maiores áreas de livre-comércio do mundo e fizeram com que a importância do bloco fosse renovada para o país (SALGADO; BRESSAN, 2020). Contudo, sua ratificação foi prejudicada devido às tensões diplomáticas do Brasil com a França e com a Alemanha, após a resposta negligente do governo brasileiro às questões ambientais, principalmente às queimadas ocorridas na floresta amazônica, e proteção dos direitos humanos. Ainda neste mesmo período, o presidente brasileiro zombou da aparência da primeira-dama francesa, Brigitte Macron em uma de suas redes sociais<sup>49</sup>.

---

<sup>47</sup> Projeto de cooperação contra discriminação religiosa no mundo, considerada crucial na parceria estratégica entre Brasil e Estados Unidos, por abarcarem uma pauta em comum e dialogar com suas respectivas bases. Embora a premissa da iniciativa seja defender todas as religiões, o tema foi abraçado especialmente por evangélicos e católicos mais atuantes (FSP, 2019b)

<sup>48</sup> “Não serve pra nada esta instituição“. “É uma reunião de comunistas, de gente que não tem qualquer compromisso com a América do Sul, pelo menos“ (GAZETA DO POVO, s/d).

<sup>49</sup> “Ao comentar uma publicação do presidente brasileiro em sua página no Facebook, o seguidor Rodrigo Andraça escreveu: ‘É inveja presidente do Macron pode crê (sic)’. A mensagem foi publicada junto a uma imagem, na qual se vê uma foto de Bolsonaro e de sua esposa, Michelle Bolsonaro, abaixo

Quanto à integração brasileira no BRICS, após a posse de Bolsonaro, o país teve seu perfil participativo reduzido (SARAIVA; SILVA, 2019). O maior exemplo ocorreu na 14ª cúpula do G20, quando os líderes da Rússia, Índia e China realizaram uma reunião trilateral, sem os líderes brasileiro e sul-africano, este último apontado por passar por uma profunda crise política e econômica. O alinhamento automático do Brasil com os Estados Unidos foi apontado como o pivô dos atritos do país no grupo (FSP, 2019c).

Em um comportamento de recuo, Bolsonaro retrocedeu no discurso quanto às relações com a República Popular da China, país que em seu período de campanha, havia acusado de querer “comprar o Brasil”. O Presidente brasileiro, que teve três encontros com o mandatário chinês, incluindo as viagens internacionais e a 11ª Cúpula dos BRICS realizada no Brasil, realizou diversos acordos com a China e na época, não se manifestou contra futuras negociações de internet 5G chinesa, concorrente estadunidense (GAZETA DO POVO, 2019), indo de encontro a postura de alinhamento a potência americana, adotada em outras ocasiões. O Ministro das Relações Exteriores, por outro lado, fez questão de afirmar que embora os países estivessem estabelecendo uma boa relação, ela não era exclusiva.<sup>50</sup>

Outra situação na qual o Presidente brasileiro precisou recuar foi na indicação do seu filho, o Deputado Federal Eduardo Bolsonaro (2015-), para a ocupação do cargo de embaixador do Brasil em Washington. Eduardo, que já havia feito uma indicação posteriormente efetivada para a presidência da Agência Brasileira de Promoção às Exportações e Investimentos, não possuía nenhuma experiência na carreira e teve a nomeação, duramente criticada pela opinião pública e por membros do Legislativo e do Judiciário (SARAIVA; SILVA, 2019). Ao enfrentar a resistência dos senadores, dos quais dependia de aprovação para o cargo, e a crise do partido pertencente, Eduardo Bolsonaro desistiu de sua candidatura (G1, 2019).

Em âmbito regional, o governo brasileiro denunciou o Tratado Constitutivo da UNASUL, formalizando sua saída da organização para o ingresso no PROSUL (MRE, 2019j). Em nota à imprensa, o governo alegou que o organismo teria perdido os efeitos práticos, enquanto mantinha custos e abordava temas tratados em outras instâncias,

---

de um retrato de Macron e de sua mulher, Brigitte. O perfil de Bolsonaro respondeu a Andreaça: ‘Não humilha, cara. Kkkkkkk’, dando a entender que as recentes críticas de Macron ao presidente brasileiro seriam motivadas por inveja da esposa do brasileiro” (FSP, 2019d).

<sup>50</sup> Entrevista de Ernesto Araújo, Ministro das Relações Exteriores, dada para o Jornal Gazeta do Povo (2019), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tbPDekcWBd0>>.

como o MERCOSUL. Consequentemente o Brasil deixou de fazer parte do Conselho de Segurança Sul-Americano, projeto responsável por atuar na redução das desconfianças e rivalidade entre seus membros, no combate de crimes transnacionais e na soberania regional em termos de segurança (SAPIENTIA, s/d), no qual o país exercia papel de liderança. De forma similar, o Brasil se retirou da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC), no início de 2020, sob alegações de que a CELAC não vinha apresentando resultados na defesa da democracia ou em qualquer área, mas contrariamente, dava espaço para regimes não democráticos (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Ainda na América Latina, destacaram-se a maneira que as relações diplomáticas foram estabelecidas por Bolsonaro, com a Bolívia, Argentina e Venezuela. O país boliviano, que passava por uma profunda crise política, enfrentou a renúncia do então presidente de esquerda Evo Morales (2006-19) e os demais incumbidos na linha sucessória. Jeanine Añez (2019-20)<sup>51</sup>, opositora de Evo, reivindicou o direito de convocar o Congresso e assumir a presidência, sendo prontamente reconhecida pelo governo brasileiro (FSP, 2019e). Quanto à Argentina, embora o governo tivesse aclarado que o país não seria parceiro prioritário da região, Bolsonaro realizou declarações e explicitou seu apoio à reeleição do candidato de centro direita, nas eleições presidenciais realizadas no país naquele ano (SARAIVA; SILVA, 2019), postura que vai de encontro à tradição diplomática brasileira.

Referente à Venezuela, país também muito citado por Bolsonaro, o Presidente optou por mais uma vez seguir a postura adotada por Trump e reconheceu Juan Guaidó<sup>52</sup>, como presidente (autoproclamado) do país. Ademais, quando questionado sobre o auxílio brasileiro em uma possível intervenção estadunidense, não negou a possibilidade, o que gerou divergência no discurso com o vice-Presidente, que foi claro em sua negativa (SARAIVA; SILVA, 2019). A Operação Acolhida, por outro lado, trouxe índices satisfatórios. Embora não tenha sido criado o campo de refugiados, propostos pelo Presidente (AGÊNCIA BRASIL, 2018), a força-tarefa humanitária executada pelo Governo Federal em parceria com o Alto-comissariado das Nações

---

<sup>51</sup> Presidente interina.

<sup>52</sup> Nicolás Maduro, Presidente da Venezuela desde 2013, foi reeleito em 2018 através de um processo eleitoral apontado como fraudulento, em meio a um conturbado período de crise socioeconômica. Quase cinquenta países se recusaram a reconhecê-lo em sua posse e Juan Guaidó, foi o Presidente interino declarado pela oposição, o que deu início a uma nova etapa da crise venezuelana, com a participação de uma polarizada comunidade internacional (PANTOULAS; MCCOY, 2019).

Unidas para os Refugiados (ACNUR), organismos internacionais, sociedade civil e entidades privadas, ofereceu assistência emergencial aos refugiados e migrantes venezuelanos que entram no Brasil pela fronteira com Roraima (CASA CIVIL, s/d). Pautados no ordenamento de fronteira, abrigamento e interiorização, estima-se que desde 2017 até junho de 2018 mais de 610 mil venezuelanos entraram no país.

No Oriente Médio, outras medidas ficaram somente no campo do discurso. Um ano após o então Presidente norte-americano, Donald Trump, anunciar o reconhecimento Jerusalém como capital de Israel e ordenar a que fosse realizada a transferência de embaixada americana para lá<sup>53</sup>, Jair Bolsonaro se propôs a fazer o mesmo em sua campanha eleitoral. Ao assumir a presidência, essa medida não foi concretizada devido ao desconforto estabelecido entre países árabes, grandes consumidores de carne e frango *halal* brasileiros (SARAIVA; SILVA, 2019). Em uma tentativa de contornar a situação, a então ministra da agricultura, Tereza Cristina (2019-22), promoveu um jantar com embaixadores dos países árabes, e o governo brasileiro anunciou somente a abertura de um escritório de representação comercial do Brasil, em Jerusalém (AGÊNCIA BRASIL, 2019b).

Em outra situação envolvendo a região, o governo Bolsonaro, visando fortalecer laços com o governo Trump, estudou a ideia sobre passar a considerar o grupo *Hezbollah* uma organização terrorista. Mesmo não sendo um consenso interno, já que o Ministério das Relações Exteriores falou sobre não ter planos de mudar este *status*, o presidente da Comissão de Relações Externas da Câmara, e também filho do Presidente, Eduardo Bolsonaro, se pronunciou publicamente a favor (EXAME, 2019). A fala gerou preocupação entre militares e diplomáticos auxiliares de Bolsonaro, que se preocupavam com a possibilidade do Brasil se tornar um alvo do terrorismo internacional (CASARÕES, 2020).

### 3.3 Segundo ano de mandato

O segundo ano de governo Bolsonaro iniciou-se 365 dias após assumir a presidência, em 1 de janeiro de 2020 e apenas um dia após Organização Mundial da Saúde (OMS) ser notificada sobre diversos casos de pneumonia na cidade de Wuhan,

---

<sup>53</sup> “Trump Recognizes Jerusalem as Israel’s Capital and Orders U.S. Embassy to Move” (NYT, 2017).

na República Popular da China. Tal situação referia-se ao SARS-CoV-2<sup>54</sup>, uma nova cepa (tipo) de coronavírus<sup>55</sup> que nunca havia sido identificada em seres humanos. E, por sua vez, estava conectada com a política brasileira quando, alguns meses depois, em 11 de março do mesmo ano, a COVID-19<sup>56</sup> foi classificada pela OMS como uma pandemia<sup>57</sup> (OPAS, s/d), mudando toda a estrutura do país e do governo.

### **3.3.1 Viagens Internacionais**

Sem previsões de uma epidemia global, o ano iniciou-se normalmente, sendo realizado em Davos o tradicional Fórum Econômico Mundial, onde os governantes expõem suas políticas econômicas para os maiores investidores internacionais. Bolsonaro participaria do evento e, de lá, seguiria para seu segundo compromisso internacional. Mesmo com duas solicitações de encontros bilaterais - solicitados pelo Presidente polonês Andrzej Duda (2015-) e pelo presidente do Conselho Europeu Charles Michel (2019-) -, o governante brasileiro optou por cancelar sua viagem (FSP, 2020a). Os motivos alegados pelo Presidente foram “questões de segurança”.

Então, em sua primeira viagem oficial em 2020 e acompanhado de uma grande delegação,<sup>58</sup> Bolsonaro foi à Nova Delhi no final de janeiro, a convite do governo indiano para acompanhar as celebrações do Dia da República e encontrou-se com o Primeiro-Ministro Narendra Modi (2014-) e o Presidente indiano Ram Nath Kovind (2017-). Os líderes, além de reforçarem a ideia de reforma do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), no qual possam tornar-se membros permanentes, assinaram quinze acordos em diferentes áreas, visando alavancar a cooperação bilateral (MRE, 2020a).

---

<sup>54</sup> “Betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família *Coronaviridae* e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021)

<sup>55</sup> “Extensa família de vírus que se assemelham. Muitos deles já nos infectaram diversas vezes ao longo da história da humanidade. Dentro dessa família há vários tipos de coronavírus, inclusive os chamados SARS-CoVs” (INSTITUTO BUTANTAN, s/d)

<sup>56</sup> “Infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

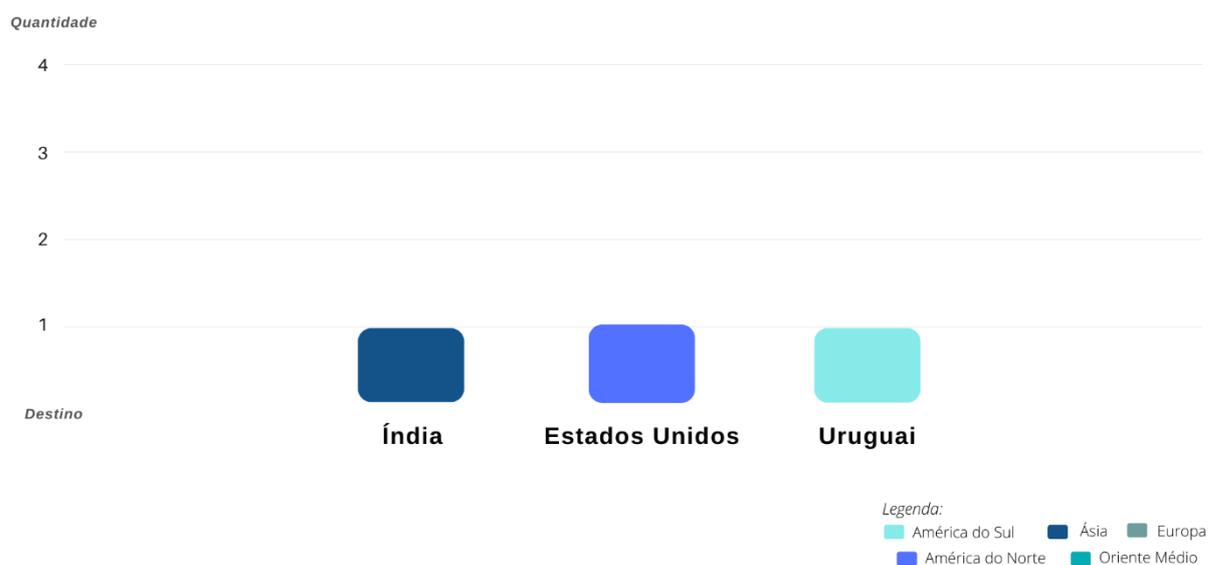
<sup>57</sup> “Doença epidêmica de ampla disseminação” (PANDEMIA, 2022)

<sup>58</sup> Ministro das Relações Exteriores; o Ministro-Chefe, substituto, da Casa Civil; a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; o Ministro de Minas e Energia; o Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; o Ministro-Chefe da Secretaria de Governo e o Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, além de parlamentares, altas autoridades do governo brasileiro e de extensa delegação empresarial (MRE, 2020a).

No dia 1º de março, o atual Presidente brasileiro fez sua primeira participação em cerimônia de posse presidencial, em Montevideu, no Uruguai. O Presidente recém-empossado em questão foi Luis Lacalle Pou (2020-), que chegou ao poder pelo Partido Nacional, de centro-direita, após uma década e meia da coalizão de esquerda Frente Ampla (G1, 2020). Em seu discurso, ao tratar do MERCOSUL, afirmou que o bloco “deve ser fortalecido e que os países participantes devem ter liberdade para fechar acordos bilaterais com outros países” (PLANALTO, 2020a). Após o evento e os cumprimentos, Bolsonaro participou de um jantar oferecido pelo embaixador do Brasil no país.

A última viagem do governante brasileiro no ano de 2020, aconteceu do dia 7 ao dia 10 de março, aos Estados Unidos. Em mais uma visita de Estado, Bolsonaro reuniu-se em um jantar com o Presidente Donald Trump, no qual reafirmaram a aliança estratégica entre os países, o apoio para realização de novas eleições na Bolívia e a Juan Guaidó na Venezuela, assim como fomentaram compromisso com a paz no Oriente Médio. Trump também reiterou o apoio ao processo de adesão brasileira à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (PLANALTO, 2020b). Bolsonaro ainda foi à Miami, onde recebeu do prefeito Francis Suarez (2017-22), que apenas alguns dias depois foi diagnosticado com COVID-19, a chave da cidade (FSP, 2020b) e participou de eventos esvaziados com empresários e investidores (ESTADÃO, 2020).

## Gráfico 2 – Viagens Presidenciais Internacionais em 2020



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Folha de São Paulo (2022).

Nos 72 dias até que a pandemia do novo coronavírus fosse declarada pela Organização Mundial da Saúde, o gráfico 2 mostra quais foram os países visitados pelo Presidente. A agenda de viagens presidenciais internacionais precisou ser interrompida, todavia uma “nova” modalidade passou a ser aplicada em alguns encontros, como será visto adiante.

### **3.3.2 Eventos Virtuais Internacionais**

A disseminação da COVID-19 afetou de diferentes maneiras a vida em sociedade. Da mais grave, em que aproximadamente 15 milhões de vidas foram perdidas<sup>59</sup>, à economia e às relações que precisaram se reinventar para manter-se diante de tal cenário. As autoras Carla Souza e Margibel Oliveira (2021, p. 14) explicam que,

Com a necessidade das novas medidas sanitárias, dentre as quais o isolamento e distanciamento social, os eventos presenciais migraram para um novo formato, on-line, o único possível no momento. Mas, essa migração não foi planejada, e muito menos resultante de uma evolução prevista e assistida. Diante desse novo quadro, o setor precisou se integrar e se inteirar das novas condições de realização dos eventos.

A situação não foi diferente com os órgãos internacionais, que em 2020 adotaram o formato virtual, para manter a sua programação.

O Presidente Jair Bolsonaro compareceu a grande parte dos eventos remotos ao qual este estudo exploratório teve acesso. Entretanto, uma vez que estes dados não se encontram no Portal da Transparência e não é possível identificar todos os eventos multilaterais que ocorreram no mundo, dentro do período estudado, o presente artigo fez uma busca independente, salientando apenas os eventos em que o governante brasileiro se fez presente.

Com relação a eventos multilaterais virtuais, Bolsonaro marcou presença na 56ª e 57ª Cúpula do MERCOSUL, em julho e dezembro de 2020, que tiveram como principais temas, respectivamente, a integração regional pós pandemia e o impasse

---

<sup>59</sup> A Organização Mundial da Saúde estima que “o número total de mortes associadas direta ou indiretamente à pandemia de COVID-19 (descrito como ‘excesso de mortalidade’) entre 1 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 foi de aproximadamente 14,9 milhões (intervalo de 13,3 milhões a 16,6 milhões)” (OPAS, 2022).

enfrentado com relação ao acordo com a União Europeia, devido ao desmatamento na Amazônia (MERCOSUL, 2020a; MERCOSUL, 2020b); da 2ª Cúpula Presidencial do Pacto Letícia, em agosto, no qual discursou sobre o governo brasileiro não tolerar crimes ambientais (PLANALTO, 2020c); e da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro, na qual mesmo através de uma gravação, o discurso de abertura do Presidente brasileiro apresentou notícias falsas e/ou exageradas (AGÊNCIA LUPA, 2020).

O governante ainda participou da XII Cúpula de Líderes do BRICS em novembro e do encontro remoto realizado pelo G20 no mesmo mês. Enquanto na reunião de líderes a temática abordada foi a união dos BRICS, política e segurança, cooperação intergovernamental, econômica e financeira e o fim da presidência *pro tempore* da Rússia (MRE, 2020b), o assunto debatido nos dois dias de evento pelo G20, girou em torno de medidas de combate a pandemia e suas consequências, economia, educação, desigualdades e meio ambiente (MRE, 2020c).

A nível bilateral, Bolsonaro reuniu-se duas vezes com representantes de diferentes Estados. Também através de videoconferências, a primeira foi com os Estados Unidos na conferência 2020 *US-Brazil Connect Summit*, realizada em outubro, organizada pela Câmara de Comércio Brasil-EUA (PLANALTO, 2020d). A segunda reunião virtual ocorreu com empresários da Liga Árabe, no qual o Presidente discursou na abertura do Fórum Econômico Brasil e Países Árabes (BRASIL EM DIA, 2020).

### **3.3.3 Ações no segundo ano de mandato**

Após as viagens internacionais presidenciais realizadas por Bolsonaro e com a eclosão da pandemia da COVID-19, a política externa brasileira em 2020 foi marcada pela resistência do Governo Federal no auxílio da repatriação dos brasileiros em Wuhan, epicentro da doença na China, e na liberação de verbas para o retorno dos viajantes brasileiros que tiveram seus voos cancelados no exterior e não conseguiam retornar, devido às restrições para evitar propagação do novo coronavírus (COSTA; MILANI, 2020).

A primeira situação foi resolvida após um forte apelo social, quando o grupo que residia na cidade chinesa escreveu uma carta e gravou vídeos pedindo ajuda do Presidente e do Ministro Ernesto Araújo (EL PAÍS, 2020a), que só então organizaram

o envio do avião da FAB para a busca dos 34 repatriados (EL PAÍS, 2020b). Já o segundo caso, mesmo com o monitoramento de instituições governamentais e parceiras<sup>60</sup>, não conseguiu a verba solicitada pelo Itamaraty ou prometida pelo Ministério da Economia (COSTA; MILANI, 2020). Brasileiros que estavam no Peru também voltaram através do avião da Força Aérea Brasileira.

Ainda que tivesse observado as perdas enfrentadas por outros países, depois do retorno de sua viagem a Miami – em que grande parte de sua comitiva havia contraído o vírus -, Bolsonaro pomenorizou a doença, afirmando que ela não passava de uma “gripezinha” (BBC, 2020a). Atitudes como essa demonstravam seu comportamento negacionista que se estendeu por toda a crise e tornou as relações brasileiras instáveis, resultando em um profundo isolamento regional e global do país (COSTA; MILANI, 2020).

Regionalmente, o Brasil perdeu protagonismo muito pelo confronto com a Argentina desde a eleição do kirchnerista Alberto Fernández (2019-) e as distintas abordagens sanitárias frente ao COVID-19 (FRENKEL; AZZI, 2021), o que aprofundou o isolamento aplicado, até mesmo, por Presidentes de direita na região<sup>61</sup>. Globalmente, pois mesmo os governantes que inicialmente desacreditaram da capacidade do vírus como Boris Johnson, Trump, Modi e Netanyahu, retrocederam, enquanto Bolsonaro e seus seguidores mais fiéis se mantiveram firmes no posicionamento, sendo condenado mundialmente.

Em março, o Brasil tornou-se o segundo país do mundo em número de casos confirmados e mortos pela COVID-19 (CNN, 2020). Atrás apenas dos Estados Unidos, pesquisas mostravam que havia uma subnotificação dos números informados pelo Estado brasileiro, devido à baixa testagem realizada no país e as dificuldades enfrentadas pelo não cumprimento das medidas de isolamento social (COSTA *et al*, 2020) e ausência de planejamento conciso. Alguns desses exemplos puderam ser notados quanto às políticas de ações migratórias. Neste período, nenhuma delimitação significativa para o trânsito internacional no Brasil havia sido realizada

---

<sup>60</sup> Itamaraty, Ministério do Turismo, Empresa Brasileira de Turismo (Embratur), Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), Secretaria de Relações Exteriores em Brasília e as embaixadas e os consulados-gerais do Brasil no exterior (COSTA; MILANI, 2020).

<sup>61</sup> Lacalle Pou, Presidente do Uruguai, quando ainda estava na disputa eleitoral, rejeitou o apoio expressado por Jair Bolsonaro, declarando que governos de outros países não deveriam interferir na eleição local (ALMEIDA *et al*, 2020). Já Sebastian Piñera, principal aliado na região, foi afastado graças as manifestações favoráveis a ditadura, feitas pelo Presidente Brasileiro e pelos ataques a ex-Presidente chilena, Michelle Bachelet (2014-18) (SARAIVA; SILVA, 2019).

(COSTA; MILANI, 2020). A primeira medida mais restritiva tomada pelo governo federal, foi a proibição da entrada por terra de indivíduos de países que fizessem fronteira com o Brasil. A ação foi sendo ampliada até restringir, por 30 dias, a entrada de qualquer estrangeiro por vias aéreas e marítimas da região.

No mesmo mês em que o país deslanchou em casos, o Presidente demitiu o até então Ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta (2019-20) aprofundando a crise sanitária do país. Conhecido por adotar posturas alinhadas a OMS, como muitos do governo, Mandetta entrou em conflitos com o PR, inclusive quanto ao uso da cloroquina<sup>62</sup> no tratamento da doença, resultando em sua exoneração do cargo, mas com uma alta popularidade entre a sociedade civil (UOL, 2021a). Seu sucessor foi Nelson Teich (2021), que durou exato um mês no ministério, antes de ser demitido pelos mesmos motivos e o cargo permanecer em vacância por quatro meses em plena pandemia. Interinamente, ele foi administrado pelo general do Exército Eduardo Pazuello (2020-21) que ficou de forma provisória até ser efetivado em setembro. Ele foi o único Ministro da Saúde que não era médico, em uma gestão marcada pela subserviência na relação com o Presidente, e na demora nas negociações da vacina (UOL, 2021a).

Quanto às questões diplomáticas, as relações que vinham sendo estabilizadas com a China, estremeceram. Um dos filhos do Presidente Bolsonaro, já conhecido pelas interferências nas relações internacionais, desferiu ofensas a Pequim através de mensagens em uma rede social. Eduardo Bolsonaro atacou a China, suas medidas de prevenção e o governo chinês (MRE CN, 2020). A resposta veio através de uma nota da embaixada chinesa no Brasil que repudiou a atitude. As preocupações foram diversas, além da questão econômica, ao qual o setor prontamente respondeu, o vice-presidente também se pronunciou afirmando se tratar de uma opinião que não representava a nação, preocupado com as negociações na qual o Brasil tratava o doativo de respiradores e equipamentos de proteção individual que os chineses não estavam mais usando após a contenção do surto, no país (EL PAÍS, 2020C).

Essa situação voltou a se repetir, quando, em novembro do mesmo ano, a embaixada da China no Brasil novamente repudiou o comportamento do deputado federal e alertou sobre as consequências negativas às relações sino-brasileiras devido

---

<sup>62</sup> Embora tenha sido divulgado como forma de “tratamento precoce”, não há comprovação dos efeitos da cloroquina (medicamento usado no tratamento e profilaxia da malária) para o tratamento da COVID-19 (FLOSS *et al*, 2021).

à insistência do mesmo em declarações infundadas. O episódio ocorreu após Eduardo, apostando na retórica estadunidense, se manifestou em sua conta no Twitter a favor do programa de internet móvel de quinta geração (5G) estadunidense e criticou a empresa chinesa concorrente, classificando-os como agressivos, contrários à liberdade e espiões (FSP, 2020c).

Na sequência de desequilíbrios da política externa, o desastre doméstico das queimadas ambientais atingiu seu auge em proporções inéditas em 2020 (CHAVES; SOUZA; DE FREITAS, 2020) e refletiu novamente nas relações internacionais. Não obstante a cobrança da sociedade civil e organizações não-governamentais brasileiras, ao apontarem a demora em lidar com os incêndios de origem criminosas, na região do Pantanal (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2020), organizações internacionais<sup>63</sup> protestaram em favor dos cuidados da fauna e flora do país.

Joe Biden (2020-), na época candidato à presidência dos Estados Unidos, ameaçou o Brasil com sanções por questões ambientais e propôs a doação de US\$20 bilhões para a Amazônia (FORBES, 2020). A resposta brasileira veio alguns meses depois, quando de forma belicosa o Presidente incutiu que poderia ter que fazer uso de força para contornar possíveis sanções, caso este cenário fosse estabelecido (EL PAÍS, 2020d); e quando Bolsonaro insinuou não parabenizar Biden pela vitória presidencial contra Trump - a quem já havia declarado apoio -, tornando-se o último país do G20 a realizar o ato (EL PAÍS, 2020e).

A aquisição do imunizante contra a COVID-19 foi outro ponto chave de 2020. As negociações brasileiras, embora atrasadas, foram encaminhadas pelo Ministério da Saúde e finalizadas para a vacina desenvolvida em parceria pela Fiocruz/AstraZeneca e pela Covax Facility<sup>64</sup> (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020). Contudo o Presidente desautorizou o ministro da saúde e ampliou sua desavença com os governadores, que também já haviam feito pedidos, ao suspender a compra de 46 milhões de doses da Coronavac, vacina desenvolvida pelo laboratório chinês Sinovac, em colaboração com o Instituto Butantan (JORNAL NACIONAL, 2020). Na época,

---

<sup>63</sup> “Brasil em Chamas: do Pantanal à Amazônia, a destruição não respeita fronteiras” (GREENPEACE, 2020).

“Retrospectiva 2020: Pantanal teve recordes históricos de queimadas” (WWF, 2020).

“Unesco apoia combate a incêndios no Pantanal para proteger patrimônios naturais” (ONU, 2020).

<sup>64</sup> Aliança internacional conduzida pela Organização Mundial da Saúde e outras organizações, que tem por objetivo, facilitar o desenvolvimento e a produção de vacinas contra Covid-19 e garantir o acesso igualitário à imunização em todo o mundo. Desta forma, as vacinas aprovadas pela OMS para o consórcio estão aptas a entrar no Brasil, independente da existência de registro ou autorização no país (ANVISA, 2021).

Bolsonaro alegou que a Coronavac ainda não teria passado da fase de testagem, mas o mesmo ocorria com as demais vacinas já negociadas, dando a entender que se tratava de um posicionamento ideológico, como rebatido pelo governador do Espírito Santo.

Além dessas, muitas inconsistências puderam ser notadas na cúpula do governo. Presidente e vice divergiram em grande parte de suas declarações (UOL, 2021b). Enquanto Bolsonaro rechaçou a compra de vacinas, Mourão deu entrevistas alegando que seriam realizadas. Similarmente a situação do 5G, na qual o vice-Presidente alegou não ter restrições no leilão e o chefe do executivo fez questão de afirmar que caberia somente a ele essa decisão. Outro ponto marcante de incongruência foi, depois de todas as polêmicas nacionais e internacionais envolvendo questões ambientais, Mourão, que geria o Conselho da Amazônia, ter apresentado uma proposta de resposta a quem comete crimes ambientais e Bolsonaro responder que tal atitude não passou de um devaneio de alguém do governo.

#### **4 ANÁLISE**

Jair Bolsonaro montou sua agenda de campanha presidencial, dando grande relevância à temas de política externa e sinalizou sua intenção em atender demandas de grupos específicos - como sua base de apoio mais fiel e ideológica (SARAIVA; ALBUQUERQUE, 2022) -, começando com a mudança da forma de inserção internacional, adotada por governos anteriores. Ao assumir a Presidência, o cenário global pautava-se pelo agravamento da competição geopolítica entre as potências chinesa e estadunidense; o esmorecimento de instituições internacionais, tais quais ONU e União Europeia; e o retorno do nacionalismo não cooperativo (SPEKTOR, 2019), o que permitiu que seu discurso de uma nova política não ideológica, continuasse sendo propagado nos primeiros meses de gestão.

Com o passar do tempo, todavia, surgiu a necessidade de reajustes em sua condução, que foram feitos sem o abandono do discurso de repúdio às gestões anteriores. Para compreender melhor suas causas e consequências, serão analisados, a seguir, os atores influenciadores do Presidente, o formato de diplomacia exercido no governo, o contexto histórico e formato de algumas políticas.

#### 4.1 Entre a ideologia e o pragmatismo: composição de um governo dividido

Dentre os círculos que compõem o governo Bolsonaro, há atores que não só exercem influência sobre o Presidente, como também foram responsáveis por, em algum momento da gestão, atuarem de forma direta ou indireta nas relações internacionais. Estes podem ser divididos em dois grandes grupos, de acordo com Saraiva e Silva (2019): os ideológicos e os pragmáticos. Para Gardini (*apud* SARAIVA; SILVA, 2019) uma política externa ideológica está voltada para doutrinas e princípios, enquanto uma PEx pragmática está pautada na aplicabilidade e funcionalidade de suas ideias. Logo, as ações superam os princípios.

Para Saraiva e Silva (2019) as pessoas que compõem o governo Bolsonaro e atuam direta ou indiretamente na política externa, podem ser divididas em duas alas a ideológica e a pragmática. Na ala ideológica ou “olavista”, encontram-se o ex-Ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o filho do Messias, Eduardo Bolsonaro. Esta área também é composta por grupos neopentecostais, tendo Jair Bolsonaro por diversas vezes, somado a esse grupo. A ala pragmática está representada pelos militares, a Câmara de Deputados e grupos que sofreriam com o fortalecimento da pauta dos ideólogos, como o setor agropecuário.

Já Spektor (2019) destaca três grupos de interesse. O primeiro consiste no círculo íntimo do Presidente, composto por seu filho Eduardo Bolsonaro e seu assessor internacional, Filipe Martins. O segundo é formado pelos militares, que no início do governo ocupavam um terço dos ministérios e tinham a frente dois importantes cargos sendo ocupados por Hamilton Mourão e Augusto Heleno, vice-presidência e Gabinete de Segurança da República Institucional, respectivamente. Já o terceiro grupo, trata-se da equipe de Paulo Guedes, Ministro da Economia.

Para Casarões (2019a), os grupos em torno do Presidente denominam-se os “5B”: 1) Bancada ruralista (boi), identificando o agronegócio; 2) bancada cristã (bíblia), representada principalmente pelos evangélicos; 3) bancada militar (bala); 4) Bolsonaro, que seria toda a bancada do Partido Social Liberal (PSL), eleita devido à sua candidatura<sup>65</sup>; 5) banco, com Paulo Guedes, seus assessores e demais liberais.

De forma similar, a literatura especializada - Casarões (2019a), Spektor (2019) e Saraiva e Silva (2019) - chama atenção, principalmente, para a ausência de

---

<sup>65</sup> 52 deputados (CASARÕES, 2019).

consenso nos ideais que regem a política externa entre esses grupos do setor bolsonarista. Isso ocorreu devido à ideologia da “bíblia e Bolsonaro”, que se declarou antiglobalista, enquanto “boi e banco” adotam pautas bastante liberais, principalmente no comércio exterior e na abertura de mercado, o que gerou um conflito de ideias e desequilíbrio interno. Resultando para a ala da “bala”, que é mais pragmática, ser a balança. É importante ressaltar, todavia, que, embora o desacordo interno tenha sido responsável por transparecer uma imagem amadora do país, o rechaço à diplomacia praticada pelos governos anteriores, do Partido dos Trabalhadores (PT), manteve-se como o ponto comum da equipe presidencial (CASARÕES, 2019a).

#### **4.2 A diplomacia (presidencial e ministerial) durante o governo Bolsonaro**

A ação diplomática procura “persuadir, pressionar e vincular os diversos protagonistas da vida internacional – governamentais e não governamentais – à luz dos objetivos de um país e em seu benefício” Celso Lafer (2018, p. 257). Nota-se, desde então, características de ruptura quando, diferentemente do proposto, os benefícios apresentados na PEx do governo Bolsonaro são vinculados apenas à sua base eleitoral e há o apartamento de ações e pensamentos entre os principais atores da política internacional, em sua gestão.

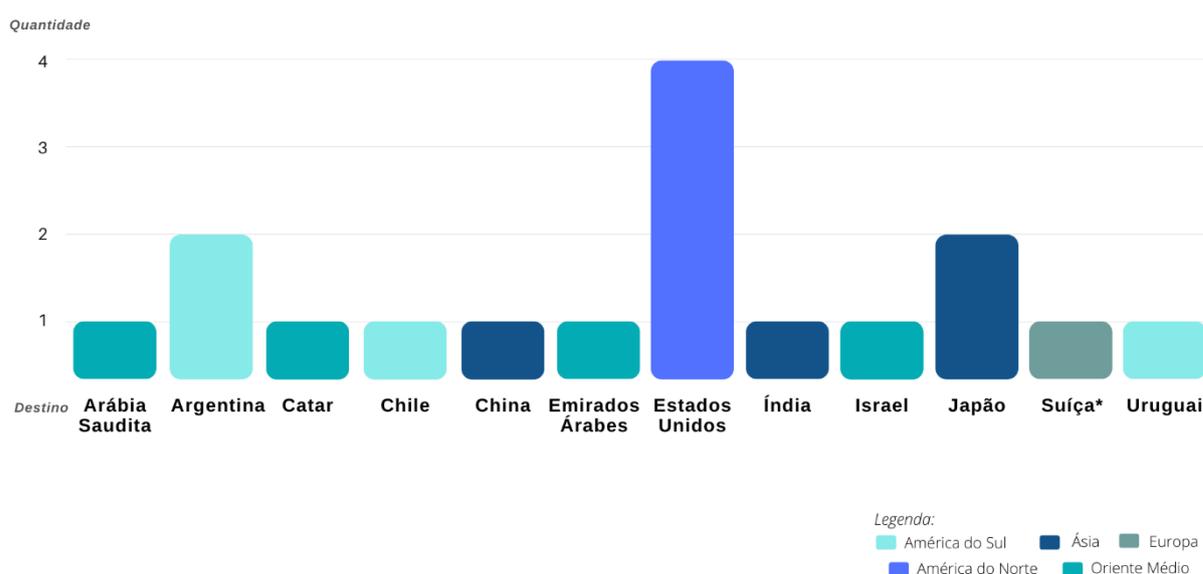
Conforme citado previamente, a diplomacia presidencial (ou de cúpula) ganhou destaque no Brasil durante o período governado por Fernando Henrique Cardoso. Segundo Danese (2017, p. 67), *diplomacia presidencial* se refere à “condução pessoal de assuntos de política externa, fora da mera rotina ou das atribuições *ex officio*, pelo presidente, ou, no caso de um regime parlamentarista, pelo chefe de estado e/ou pelo chefe de governo”. O autor ainda explica que a importância dessa diplomacia está relacionada, principalmente, às expectativas criadas e à capacidade dos mandatários de promover ou não os itens de sua agenda, assim como a pressão política que são capazes de gerar e a notoriedade às suas ações.

O foco desta diplomacia ocorre no pragmatismo, para que esta seja usado como instrumento na obtenção de resultados, sejam eles de cooperação ou econômicos (DANESE, 2017), sendo este fenômeno, uma expressão de poder do mandatário, utilizada pelo mesmo para a propaganda de seu país. O pragmatismo, aqui, pode ser entendido como as ações dos atores, baseadas nos objetivos almejados - no caso o desenvolvimento nacional (NEVES, 2016). Para isto, atua-se

de forma racional, aproveitando-se do contexto externo. Contudo, não foi esse o caso entre os anos de 2019 e 2020, caracterizados pelo alinhamento da política externa brasileira com o governo Trump (MARTINS 2018 *apud* RODRIGUES, 2019).

Em um apanhado de suas viagens presidenciais, maior instrumento político-diplomático, percebe-se a baixa prioridade que a diplomacia ocupou. Dos seis continentes, somente três foram visitados até a metade de sua gestão presidencial, excluindo a Oceania e os continentes africano e europeu, uma vez que a viagem à Suíça foi em função do Fórum Econômico Mundial. Embora 2019 tenha iniciado com um número relativamente alto de excursões, sua agenda tornou-se mais moderada e foi pausada em 2020, devido à pandemia da COVID-19.

**Gráfico 3 – Viagens Presidenciais Internacionais em 2019 e 2020**



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Poder360 (2020) e Folha de São Paulo (2022).

Das dezessete viagens, nove foram realizadas como visita de Estado, buscando aprofundar as relações bilaterais, sendo duas para os Estados Unidos e uma para Arábia Saudita, Argentina, Catar, China, Emirados Árabes, Índia e Israel. Outras duas (Japão, Uruguai) tiveram o objetivo simbólico de aproximação, com a ida do Presidente para as cerimônias de entronização e posse presidencial, respectivamente. Cinco, distribuídas entre Suíça, Chile, Japão, Argentina e Estados Unidos, tiveram como objetivo a participação em eventos multilaterais. Os EUA foram líder quanto ao destino das viagens presidenciais, sendo inclusive o único da região a

ser visitado, totalizando quatro desembarques no período. O segundo mais visitado recebeu duas visitas. A última viagem a ser contabilizada, entra em uma categoria distinta, uma vez que o Presidente esteve lá para o recebimento de um prêmio.

Houve, nesse meio tempo, um aumento na fissura da relação brasileira com países da América Latina e um esvaziamento da política regionalista, por entender que essa é uma prática da esquerda, das gestões antecessoras, como supracitado no tópico 3.3.3. Se antes o Brasil se colocava como um ator importante no entorno regional, após o governo Bolsonaro há um forte e perigoso isolamento, ao qual o país não estava habituado, uma vez que presidentes e diplomatas sempre tiveram a vantagem na política externa (CASARÕES, 2020). Ao mesmo tempo, foi fortalecido o relacionamento do país com Estados que, diferente da proposta de afastamento ideológico, tem ideologias muito concisas e afastadas das que o Brasil costumava defender. São esses os casos dos Emirados Árabes Unidos, Catar e Arábia Saudita, países não democráticos, tradicionalmente infratores das regras que regem os Direitos Humanos Internacionais.

Uma característica inusitada e negativa foi o que Casarões (2019b) chamou de *diplomacia da grosseria*. Exercida por Bolsonaro, caracteriza-se pela ofensa a líderes mundiais, questionamento da idoneidade de parceiros internacionais e o exercício de uma política extremamente seletiva para com alguns países, à exemplo os incidentes envolvendo o Presidente e a primeira-dama francesa e por mais de uma vez a diplomacia chinesa, já mencionados no tópico 3.2.2. Esta atitude adotada em diversos momentos pelo Presidente, foi responsável por limitar o raio de ação da inserção internacional brasileira e acabou por criar uma reputação difícil de reaver, sendo o motivo de oportunidades de cooperação perdidas.

Já neste ponto, é possível perceber que não houve, de fato, o exercício de diplomacia presidencial, mas sim uma apropriação da agenda internacional em favor de interesses, o que ficou mais perceptível a cada discurso do Presidente. A política externa foi sendo instrumentalizada, não para obter poder de barganha, mas para cativar sua base eleitoral e beneficiar seu discurso, enquanto se difundia desinformações (VALDEZ, 2021).

Outro ponto questionável em seu método de exercer a diplomacia de cúpula é ter levado quatro de seus cinco filhos em pelo menos metade das viagens internacionais realizadas durante o período estudado, sem deixar claro onde o interesse público estaria sendo atendido nessa circunstância. Eduardo Bolsonaro foi

em sete viagens, seguido dos irmãos Flávio e Renan, presentes em uma cada um<sup>66</sup>. De acordo com o Metrôpoles (2022), essas viagens aconteceram nos aviões da Força Aérea Brasileira, o que indica pagamento pelo contribuinte. Essa informação, contudo, não pode ser confirmada, pois Jair Bolsonaro impôs confidencialidade às notas fiscais de viagens ao exterior do séquito presidencial, durante toda sua gestão.

As situações de enfraquecimento interno refletidas na política externa foram comuns na gestão. Quando algo dito pelo Presidente gerava alvoroço, geralmente era desmentido por alguém da equipe para que a situação fosse apaziguada, em uma clara tentativa de resolução diplomática. Esta desarmonia ocorreu repetidas vezes seja como citado no tópico anterior, com o vice-Presidente, ou com outros membros da equipe, como quando o general Heleno discursou publicamente a fim de minimizar o sentimento de rechaço à China, estabelecido inicialmente pelo próprio PR (SPEKTOR, 2019); ou assim que o Presidente alegou que sairia do acordo de Paris e o até então Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles (2019-21) negou (VEJA, 2019b). Além das contradições estabelecidas quando o discurso do Presidente é um, mas o do Legislativo e dos embaixadores é outro, como no caso da Solução de dois Estados<sup>67</sup>, em que representantes Brasileiros se põem a favor do reconhecimento do Estado Palestino (ACN, 2021), mesmo que Bolsonaro tenha prometido fazer a transferência da embaixada de brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, assumindo um lado no conflito.

A precária diplomacia existente no governo Bolsonaro é, em verdade, de seus auxiliares, pois está pautada nos muitos recuos que o Presidente se vê obrigado a fazer, após pressões internas e externas, e a equipe administrar (ESTADÃO, 2019). Embora o Presidente aparente ter um discurso forte, trata-se apenas disso: discurso. Além de recuar em suas próprias decisões, Bolsonaro praticou políticas de retrocesso (RODRIGUES, 2019), pois comunicou-se apenas com sua base, visando uma futura reeleição e permanência no cargo, mesmo com diversos pedidos de *impeachment*<sup>68</sup>,

---

<sup>66</sup> PODER 360, 2022 *apud* Diário Oficial da União. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-levou-filhos-em-18-das-26-viagens-internacionais/>>

<sup>67</sup> Ideia de criação de dois Estados independentes, um palestino e um israelense, na região da Palestina histórica, visando solucionar o “conflito intransponível”, relacionado a soberania política, territorial e militar, ali estabelecido. Todavia, não há concordância entre os que seriam beneficiados e por isso sua implementação parece estar longe de ocorrer (DW, 2021).

<sup>68</sup> De acordo com a organização não governamental Agência Pública (2022) mais de 1550 pessoas e 550 organizações assinaram pedidos de impeachment do presidente Jair Bolsonaro. Desses, foram enviados 143 documentos ao presidente da Câmara dos Deputados, sendo 89 pedidos originais, 7 aditamentos e 47 pedidos duplicados, nos quais até o presente momento (junho de 2022) apenas 7

e esta não foi ou é uma política efetiva, uma vez que se traduz em regressões nas diversas frentes que o Brasil costumava a atuar e coloca em xeque o legado de liderança brasileira nos âmbitos regional e global (RODRIGUES, 2019).

Algumas situações, todavia, são resquícios de autonomia em seu governo, mas que não vieram do Presidente. A partir das situações apresentadas neste e no capítulo anterior, nota-se que, mesmo diante de suas bravatas eleitorais, há momentos em que a retórica não se sustenta e na maioria das situações práticas, o Brasil manteve-se pragmático, através de declarações do entorno presidencial e do corpo diplomático, indicando que a política externa resistiu, por estar pautada em temas de interesse do país como o pragmatismo de Rio Branco (VIDIGAL, BERNAL-MEZA, 2020).

Ernesto Henrique Fraga de Araújo assumiu o cargo de chanceler em janeiro de 2019 e, embora devesse ter sido o maior representante do Itamaraty, não foi o responsável pela resistência autonomista e universalista na PEx, já que sua principal licença no governo, era o alinhamento com Bolsonaro (RODRIGUES, 2019). Ele permaneceu na função até março de 2021 quando pediu demissão após fortes pressões internas (CNN, 2021), mas durante esse tempo não realizou atividades auspiciosas de destaque.

Por outro lado, Araújo causou impressões negativas à sociedade. Mesmo atuando de forma mais comedida após a assinatura do acordo MERCOSUL e União Europeia (VIDIGAL; BERNAL-MEZA, 2020), sua retórica diante das pautas chinesas e venezuelanas, a defesa do governo Trump, as mudanças no Itamaraty<sup>69</sup> e a fracassada diplomacia nas negociações da *Covax Facility*, lhe renderam os títulos como “o pior diplomata do mundo”<sup>70</sup> e “o chanceler do regresso”<sup>71</sup>.

### 4.3 Alinhamento *versus* autonomia

Antes mesmo de assumir a presidência e sem ponderar os prejuízos ou vantagens, Bolsonaro colocou em risco a relação com a China, maior parceiro comercial do país ao alinhar-se, sem recompensas palpáveis, à postura adotada pelos Estados Unidos entre 2019 e 2020. Saraiva e Silva (2019, p. 122) comentam:

---

pedidos foram arquivados ou desconsiderados e outros 136 aguardam análise. Disponível em: <<https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/>>.

<sup>69</sup> Demissões em massas e alteração de conteúdo nas provas do Rio Branco (RODRIGUES, 2019).

<sup>70</sup> PAGLIARINI 2019 *apud* RODRIGUES, 2019.

<sup>71</sup> PIAUÍ, 2019.

Um dia após a eleição de Bolsonaro, o *Global Times*, diário chinês que reflete as posições do governo nacional, divulgou um *op-ed* onde realçou o potencial da relação bilateral, além de afirmar que caso o princípio de uma só China seguisse sendo desrespeitado, o Brasil teria muito a perder.

No Brasil, matérias parecidas foram publicadas como “Discurso anti-China de Bolsonaro causa apreensão sobre negócios com o país” da UOL (2018).

O Presidente ainda fez o mesmo com países árabes, maiores consumidores de carne *halal* e do frango brasileiro, quando prometeu a transferência da embaixada brasileira para Israel e negou, não somente a Organização das Nações Unidas, mas a Organização Mundial da Saúde e os riscos da pandemia. Porém, esta não foi e nem poderia ter sido uma reprodução perfeita de ações, devido às assimetrias de poder entre os Estados (CASARÕES, 2019a).

Nota-se, portanto, um alinhamento com os Estados Unidos, automático e subordinado, responsável por enfraquecer as relações regionais e mitigar forças de liderança dos países (SALGADO; BRESSAN, 2020). Mas, embora este soe como um episódio familiar na história brasileira, é diferente do visto em outros períodos, como em Castello Branco ou no início do governo Collor. Para o ex-Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, em entrevista ao canal Diplomacia para a Democracia (2021), o alinhamento na verdade é praticado com Trump, e se difere do já acontecido anteriormente, não somente nesse quesito. Ele explica que no passado, o Brasil mantinha relações com outros países, alguns europeus, o que desafiava a hegemonia estadunidense, diferenciando do ocorrido no início da gestão Bolsonaro com os Estados Unidos sob o governo Trump.

Isto acontece porque essa relação assimétrica é direcionada para a base de Bolsonaro, ou seja, o grupo que o elegeu. Logo, seu alinhamento não era com os Estados Unidos da América, mas, como refletido em seu período de campanha, com Donald Trump. Acompanhado da imagem ultraconservadora, globalista, liberal e anticomunista associada ao ex-Presidente e comuns aos membros da extrema-direita, aos quais muito de seus eleitores e círculo íntimo faziam parte, e que, acabou por resultar em embates com a ala mais pragmática de seu governo (SARAIVA; SILVA, 2019).

O Presidente brasileiro, então, trabalha com dois eixos: o da *retórica* e da *prática*. Do ponto de vista *retórico*, este é realmente um governo da ruptura, pois até

o presente momento “nenhum governo brasileiro apostou no uso de compromissos externos para acelerar o processo de mudança interna” (SPEKTOR, 2019, p. 329) como Bolsonaro o fez, sem se preocupar, de fato, com os ganhos reais para o país. Conforme esclarecem Salgado e Bressan (2020, p. 20, **grifo da autora**),

**A ascensão de Bolsonaro no Brasil representou a ruptura mais radical com a tradição de política externa brasileira desde os regimes militares.**

Sob o discurso inflamado antipetista e antissistema, o governo Bolsonaro, sob as diretrizes de Ernesto Araújo, no Ministério das Relações Exteriores, e Paulo Guedes, no Ministério da Economia, adotou uma postura messiânica em reação ao globalismo e à suposta corrosão da civilização ocidental. A partir de uma agenda econômica de liberalização econômica radical e de alinhamento aos países desenvolvidos do Ocidente, nomeadamente Estados Unidos e Europa.

Destaque da autora na citação, pois é importante notar que neste recorte temporal, desde o início do projeto autonomista descrito por Spektor (2014), Bolsonaro distancia-se, em termos de política externa, até mesmo de uma época que ele declara admirar (Regime Militar).<sup>72</sup>

Contudo, para além do discurso, não há uma ruptura na *prática* da política externa, pelo menos não em alguns setores. Diferente da retórica, aqui pode-se considerar uma descontinuidade. Pois, embora a política externa brasileira tenha sido enfraquecida, demonstrado com a ascensão do RIC<sup>73</sup> e o isolamento brasileiro abordado anteriormente, a multilateralidade apesar de reduzida foi mantida, diferente do discurso propagado. Mesmo que a autonomia tenha sido perdida, à medida que o alinhamento automático foi reformulado e reinstaurado, a inserção internacional do Brasil não abandonou sua postura por completo, com exceção da política regional, pois a preferência dada para a América do Sul foi abandonada (FRENKEL; AZZI, 2021).

Diferente de outras situações práticas em que este tipo de postura não pôde ser adotada, pois as relações firmadas e/ou os constrangimentos de ordem conjuntural, econômica ou política não permitiram, Bolsonaro conseguiu estabelecer cinco mudanças na política externa sul-americana do Brasil (VIDIGAL; BERNAL-MEZA, 2020), que levaram a esta ruptura. A primeira foi o estreitamento da política

---

<sup>72</sup> “Naquele mesmo ano, Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República. Na comemoração, em frente à sua casa no bairro da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, uma bandeira tremulava com os dizeres ‘Ustra Vive’ “(PEDRETTI, 2020, p. 14).

“Gestão Bolsonaro celebra golpe de 64 pelo quarto ano seguido” (DW, 2022).

<sup>73</sup> Rússia, Índia e China.

exterior do país com os Estados Unidos, seguido da retirada do Brasil da UNASUL, identificação da Venezuela como principal ameaça do continente, secundarização do MERCOSUL e redução da importância argentina, em função de uma maior relevância dada ao Chile

Uma vez alinhado, o governo não é autônomo e, embora apresente características que possam remeter a um dos três tipos de autonomia definidos por Vigevani e Cepaluni (2007), como o isolamento da *autonomia pela distância*, o governo Bolsonaro não é um governo autônomo ou sequer alinhado estrategicamente aos Estados Unidos, se não um governo alinhado à sua própria base eleitoral. Desta forma, mesmo que o Itamaraty passe por uma crise generalizada - ao ponto de um manifesto elaborado por um grande corpo de diplomatas pedir a saída do chanceler<sup>74</sup>, foi por meio do apelo ao antiglobalismo que Bolsonaro conseguiu manter o diálogo com quem garantiu sua eleição e assegura sua governabilidade (CASARÕES, 2019c). O que se pôde notar, além do que já foi apresentado neste estudo, é que a negação da tradição diplomática brasileira está destruindo o que a diplomacia brasileira consolidou (CASARÕES, 2019b) ao longo de meio século ou até mais, como o pragmatismo, o universalismo e a autonomia.

## 5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve por objetivo demonstrar que o Brasil, desde o período pós-ditatorial, nunca esteve tão distante do princípio autonomista da política externa quanto nos dois primeiros anos do governo Bolsonaro. Para isso, foi definido o conceito de autonomia do ponto de vista do *mainstream*, segundo o qual Estados soberanos devem ser capazes de se governar; e, principalmente, dos países subdesenvolvidos, que devem ser capazes de formular e implementar sua PEx, independentemente do constrangimento imposto por Estados mais poderosos, resguardando-se de uma dependência total (ou alinhamento).

Em sequência, foi realizada uma retrospectiva da política externa brasileira, desde o Regime Militar até 2018. É neste intervalo de tempo que se registra o último

---

<sup>74</sup> De acordo com a publicação realizada em 27 de março de 2021 pelo Correio Braziliense, a carta foi elaborada por meses e quando divulgada, não foi assinada por medo de retaliação. Estima-se que entre 100 e 500 servidores estiveram envolvidos. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4914555-diplomatas-divulgam-carta-pedindo-a-saida-do-ministro-ernesto-araujo-do-itamaraty.html>>.

alinhamento aos Estados Unidos antes do início do projeto autonomista descrito por Spektor (2014), e no qual é possível identificar as autonomias pela distância, participação e diversificação delineadas por Vigevani e Cepaluni (2009), antes de finalmente chegar à gestão de Jair Bolsonaro.

O trabalho também apresentou a atuação de Bolsonaro desde a campanha eleitoral até os acordos ratificados, eventos multilaterais e viagens presidenciais internacionais executadas após sua posse como Presidente da República. Além da revisão de como foi realizada a condução da política externa brasileira pelo PR e pelos atores que influenciaram a PEB e compuseram o governo durante 2019 e 2020. Seguido do estudo desta mesma estruturação do governo, que pôde ser classificado em dois grandes grupos: pragmáticos e ideológicos (SARAIVA; SILVA, 2019). Assim como, foi observada a baixa importância dada às diplomacias presidencial e ministerial, e a ruptura que ocorre na retórica da política externa brasileira e descontinuidade em sua prática.

O estudo permitiu verificar não só a ausência de autonomia do atual governo, quanto o surgimento de um novo tipo de alinhamento. Diferente dos já vivenciados pelo Brasil, este não foi automático aos Estados Unidos, embora tenha tido características de subserviência, mas estava ajustado ao discurso de Donald Trump (e o que ele representava), por estar alinhado à base interna e eleitoreira do Presidente Bolsonaro. Nota-se, então, que este foi um comportamento que perdurou nos anos seguintes, embora o relacionamento sem recompensas com os EUA tenha sido deixado de lado após a vitória de Joe Biden nas eleições presidenciais. Todavia, este conteúdo se estende quando ao escopo deste trabalho e é deixado como sugestão pela autora para agendas de pesquisas posteriores.

## REFERÊNCIAS

**AGÊNCIA BRASIL.** 2018. Bolsonaro cogita criação de campo de refugiados para venezuelanos. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-11/bolsonaro-cogita-criacao-de-campo-de-refugiados-para-venezuelanos>>. Acesso em: 14 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019a. Brasil assina oito acordos bilaterais com Emirados Árabes. Política. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-10/brasil-assina-oito-acordos-bilaterais-com-emirados-arabes>>. Acesso em: 21 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019b. Bolsonaro anuncia abertura de escritório de negócios em Jerusalém. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-03/bolsonaro-anuncia-abertura-de-escritorio-de-negocios-em-jerusalem>>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020. Ernesto Araújo anuncia suspensão do Brasil da Celac. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-01/ernesto-araujo-anuncia-suspensao-do-brasil-da-celac>>. Acesso em 19 de jul. de 2022.

**AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS (ACN).** 2021. Debatedores defendem reconhecimento de Estado palestino como solução para a paz. Relações Exteriores. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/768627-debatedores-defendem-reconhecimento-de-estado-palestino-como-solucao-para-a-paz/>>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

**AGÊNCIA LUPA.** 2020. Na ONU, Bolsonaro cita dados falsos sobre pandemia e meio ambiente. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/09/22/bolsonaro-onu-2020/>>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

**AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA).** 2021. Covax Facility. Disponível em: <<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/vacinas/covax-facility>>. Acesso em: 7 de jun. de 2022.

**AGÊNCIA PÚBLICA.** 2022. Os pedidos de impeachment de Bolsonaro. Disponível em: <<https://apublica.org/impeachment-bolsonaro/>>. Acesso em: 24 de jun. de 2022.

ALMEIDA, Gustavo Mendes de. *et al.* **Brasil e América Latina, anos de retrocesso na integração regional** In: AZZI, Diogo; RODRIGUES, GMA; SOSA, ATLM. A política externa de Bolsonaro na pandemia. São Bernardo do Campo, SP: Observatório Política Externa Brasileira, 2021.

ALVES, Luciana Teixeira do Amaral. A Política Externa Brasileira na República de Michel Temer: a influência da crise política interna no primeiro ano e seis meses de governo. UNB, Brasília – DF, 2018.

AMORIM, Celso; CASARÕES, Guilherme; HIRST, Mônica. 2021. **Diplomacia para a Democracia.** História da Política Externa Brasileira: Rupturas e Continuidade |

Programa Renascença. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WA4Ylv4Fj0Y>>. Acesso em: 28 de mar. de 2022.

ARAÚJO, Clara *et al.* Incongruências e dubiedades, deslegitimação e legitimação: o golpe contra Dilma Rousseff. **O Golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: Edufba, p. 33-50, 2018.

ARAÚJO, Ernesto. **Logopolítica**. Disponível em: <[https://www.youtube.com/channel/UCwc5XjWlb4QYJtiMVjhH\\_Lw](https://www.youtube.com/channel/UCwc5XjWlb4QYJtiMVjhH_Lw)>.

ARAÚJO ERNESTO *et al.* **Cadernos de Política Exterior**. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. – v. 5, n. 8 (ago. 2019). Brasília, DF: FUNAG, 2015.

BARROS, Pedro Silva; SAMURIO, Sofía Escobar. A Institucionalidade da Integração Fronteiriça na Unasul e no Mercosul. **Boletim de Economia Política e Internacional**, n. 25, p. 35-43, 2019.

**BBC NEWS (BBC)**. 2018a. Jair Bolsonaro: Brazil's firebrand leader dubbed the Trump of the Tropics. Notícias. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-latin-america-45746013>>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

**BBC NEWS BRASIL (BBC)**. 2018b. Eleições 2018: as propostas de todos os candidatos a presidente do Brasil. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45215784>>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019a. Viagem de Bolsonaro a Israel teve papel simbólico e poucos efeitos práticos, dizem analistas.. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47796337>>. Acesso em: 18 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019b. Qual o saldo da viagem de Bolsonaro à Argentina?. 7 de junho de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-48536730>> Acesso em: 18 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019c. Brasil na OCDE: O que o país cedeu aos EUA em troca de apoio à entrada no 'clube dos países ricos'. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50009155>>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020a. 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>>. Acesso em: 25 de jun. de 2022.

BÍBLIA. Português. Bíblia Sagrada: edição pastoral. Editora Paulus, 1ª edição, 1 de dezembro de 1990.

BOBBIO, Norberto *et al.* **Dicionário de Política**. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, v. 674, 1998.

BOHOSLAVSKY, Ernesto; MORRESI, Sergio. El partido PRO y el triunfo de la nueva derecha en Argentina. **Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM. Les Cahiers ALHIM**, n. 32, 2016.

BRASIL. 2019a. Presidência da República. **Discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante cerimônia de recebimento da Faixa Presidencial**. Brasília, 1 janeiro de 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-da-republica-jair-bolsonaro-durante-cerimonia-de-recebimento-da-faixa-presidencial-brasilia-1-de-janeiro-de-2019>>. Acesso em: 7 de fev. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019b. Presidência da República. **Discurso do Presidente Jair Bolsonaro na abertura da 74ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas**. Nova York, 27 de setembro de 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-do-presidente-jair-bolsonaro-na-abertura-da-74-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-nova-york-24-de-setembro-de-2019>>. Acesso em: 7 de fev. de 2022.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. Secretaria de Planejamento Diplomático. **Repertório de política externa: posições do Brasil**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

\_\_\_\_\_. s/d. Presidência da República. Biblioteca. **Conteúdo presidencial digital: ex-presidentes**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/tancredo-neves/nome-do-presidente>>. Acesso em: 20 de mar. de 2022.

**BRASIL EM DIA**. 2020. Bolsonaro tem agenda com países árabes e com os Estados Unidos. 20 de outubro de 2020. TV Brasil. Disponível em: <<https://tvbrasil.ebc.com.br/brasil-em-dia/2020/10/bolsonaro-tem-agenda-com-paises-arabes-e-com-os-estados-unidos>>. Acesso em 27 de maio de 2022.

**BRICS**. 2016. Presentation. Disponível em: <<https://brics.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 de maio de 2022.

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**. 2020. ONGs apontam lentidão do governo em lidar com incêndios no Pantanal. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/697604-ongs-apontam-lentidao-do-governo-em-lidar-com-incendios-no-pantanal/>>. Acesso em: 8 de jun. de 2022.

CAMBRIDGE INTERNATIONAL DICTIONARY OF ENGLISH. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.

**CASA CIVIL.** s/d. Sobre a Operação Acolhida. Disponível em: <<https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>>. Acesso em: 21 de maio de 2022.

CASARÕES, Guilherme. 2019a. **Em dupla e com consulta.** A Política Externa do Governo Bolsonaro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-VWugznNmsI>>. Acesso em: 27 de mar. de 2022.

CASARÕES, Guilherme. 2019b. **FGV.** A Política Externa no novo governo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=hRycxbxIjHc&t=1s>>. Acesso em: 28 de mar. de 2022.

CASARÕES, Guilherme. 2019c. **IRRETV.** Guilherme Casarões comenta a política externa brasileira. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4lDmsP1nbXY>>. Acesso em: 27 de mar. de 2022.

CASARÕES, Guilherme. The first year of Bolsonaro's Foreign Policy Affairs *In: Latin America and the new global order: dangers and opportunities in a multipolar world. Latin America and the new global order.* Edição MORI, Antonella, p. 81-116, 2020.

CHAVES, Thais Pereira; SOUZA, Sabrina Monteiro; DE FREITAS, Antonio Carlos. Pantanal, tudo fica bem quando o fogo se apaga?. **Revista Sustinere**, v. 8, n. 2, p. 592-606, 2020.

CIOCCARI, Deysi. Operação Lava Jato: escândalo, agendamento e enquadramento. **Revista Alterjor**, v. 12, n. 2, p. 58-78, 2015.

**CNN BRASIL (CNN).** 2020. Brasil passa a Rússia e é segundo país com mais casos de Covid-19 no mundo. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/saude/brasil-passa-russia-e-e-segundo-pais-com-mais-casos-de-covid-19-no-mundo/>>. Acesso em: 4 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2021. Ernesto Araújo pede demissão do cargo de ministro das Relações Exteriores. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/ernesto-araujo-pede-demissao-do-cargo-de-ministro-de-relacoes-exteriores/>>. Acesso em: 22 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2022. FAB expulsa sargento preso com 37 kg de cocaína em voo da comitiva presidencial. Nacional. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/fab-expulsa-sargento-presos-com-37-kg-de-cocaina-em-voo-da-comitiva-presidencial/>>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

CORNETET, João Marcelo Content. **A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade.** Revista Conjuntura Austral | ISSN: 2178-8839 | Vol. 5, nº. 24 | Jun. Jul. 2014.

**CORREIO BRASILIENSE.** 2018. Não podemos permitir que compre o nosso Brasil' diz Bolsonaro sobre a China. Disponível em: <[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/12/12/interna\\_politic](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2018/12/12/interna_politic)>

[a,725020/nao-podemos-permitir-que-compre-nosso-brasil-diz-bolsonaro-china.shtm](#)>. Acesso em 10 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019. Governo Bolsonaro retira o Brasil do Pacto Global pela Imigração da ONU. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/01/08/interna-brasil,729696/brasil-deixa-pacto-global-pela-imigracao-da-onu.shtml>>. Acesso em: 30 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2021. Diplomatas divulgam carta pedindo a saída do ministro Ernesto Araújo do Itamaraty. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/03/4914555-diplomatas-divulgam-carta-pedindo-a-saida-do-ministro-ernesto-araujo-do-itamaraty.html>>. Acesso em: 24 de jun. de 2022.

COSTA, Hugo Bras Martins da; MILANI, Carlos R. S. Política externa e pandemia do novo coronavírus no Brasil: conjuntura entre 1/12/2019 e 31/3/2020, **Blog DADOS**. 3 de abril de 2020. Disponível em: <<http://dados.iesp.uerj.br/politica-externa-e-pandemia-do-novo-coronavirus-no-brasil-conjuntura-entre-1-12-2019-e-31-3-2020/>>. Acesso em: 3 de jun. de 2022.

COSTA, Jaqueline Sérgio da; *et al.* COVID-19 no sistema prisional brasileiro: da indiferença como política à política de morte. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, 2020.

COZENDEY, Carlos Márcio Bicalho. O pedido de acesso do Brasil à OCDE: onde estamos. *In: Cadernos de Política Exterior*. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. Brasília, DF: FUNAG. v. 5, n. 8, ago. 2019.

DANESE, Sérgio. **Diplomacia presidencial: história e crítica**. 2. ed. rev. – Brasília: FUNAG, 2017. 641 p. – (Coleção relações internacionais)

DE SOUZA, Carla Botelho; DE OLIVEIRA, Margibel Adriana. Um estudo sobre eventos virtuais no cenário pandêmico. **Inovação, Gestão & Tecnologia**, v. 1, n. 1, 2021.

Deputados avaliam resultados da primeira viagem oficial do presidente Bolsonaro aos Estados Unidos. Online: **Rádio Câmara**, janeiro de 2019. Painel eletrônico. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/radio/programas/553865-deputados-avaliam-resultados-da-primeira-viagem-oficial-do-presidente-bolsonaro-aos-estados-unidos/>>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

**DEUTSCHE WELLE (DW)**. 2021. Entenda: o que é a solução de dois Estados? Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/entenda-o-que-%C3%A9-a-solu%C3%A7%C3%A3o-de-dois-estados/a-57555381>>. Acesso em 29 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2022. Gestão Bolsonaro celebra golpe de 64 pelo quarto ano seguido. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/gest%C3%A3o-bolsonaro-celebra-golpe-de-64-pelo-quarto-ano-seguido/a-61322242>>. Acesso em: 29 de jun. de 2022.

**EL PAÍS BRASIL (EL PAÍS).** 2019. O discurso de Bolsonaro na ONU, analisado e confrontado com dados. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/politica/1569340250\\_255091.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/24/politica/1569340250_255091.html)>. Acesso em: 15 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020a. Após vídeo de brasileiros pedindo ajuda para voltar da China, Governo anuncia plano para retirá-los. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-02/apos-video-de-brasileiros-pedindo-ajuda-para-voltar-da-china-governo-anuncia-plano-para-retira-los.html%20%20%20%7C>>. Acesso em: 3 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020b. Brasileiros que deixaram a China para fugir do coronavírus iniciam quarentena sob clima de alívio. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-02-09/brasileiros-que-fugiram-do-coronavirus-na-china-iniciam-quarentena-sob-clima-de-alivio.html>>. Acesso em: 3 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020c. Esforço de Eduardo Bolsonaro para demonizar China copia Trump e ameaça elo estratégico do Brasil. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-03-19/esforco-de-eduardo-bolsonaro-para-demonizar-china-copia-trump-e-ameaca-elo-estrategico-do-brasil.html>>. Acesso em: 3 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020d. “Quando acaba a saliva, tem que ter pólvora”, diz Bolsonaro para Biden sobre Amazônia. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-11/quando-acaba-a-saliva-tem-que-ter-polvora-diz-bolsonaro-para-biden-sobre-amazonia.html>>. Acesso em: 29 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020d. Bolsonaro é o último presidente do G20 a parabenizar Biden: “Pronto a trabalhar com o novo governo”. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-12-15/bolsonaro-e-o-ultimo-presidente-do-g20-a-parabenizar-biden-estarei-pronto-a-trabalhar-com-o-novo-governo.html>>. Acesso em: 29 de jun. de 2022.

**EMABAIXADA E CONSULADOS DO EUA NO BRASIL.** 2019. Principal Aliado Não Pertencente à OTAN. Disponível em: <<https://br.usembassy.gov/pt/principal-aliado-nao-pertencente-a-otan/>>. Acesso em: 10 de jul. de 2019.

**ESTADÃO.** 2019. Em dez dias, governo Bolsonaro coleciona recuos, desencontros e medidas polêmicas. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,em-dez-dias-governo-bolsonaro-coleciona-recuos-desencontros-e-medidas-polemicas,70002673190>>. Acesso em 29 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020. Eventos para Bolsonaro em Miami têm mesas vazias e menos de 100 empresários. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,evento-para-bolsonaro-em-miami-tem-mesas-vazias-e-menos-de-100-empresarios,70003227356>>. Acesso em: 26 de maio de 2022.

**ESTADO DE MINAS.** 2018. Bolsonaro promete agir contra Venezuela e Cuba. Disponível em: <[https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/12/18/interna\\_internacional,1](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/12/18/interna_internacional,1)>

[014390/bolsonaro-promete-agir-contra-venezuela-e-cuba.shtml](#)>. Acesso em 10 de jun. de 2022.

**EXAME.** 2018. Venezuela: Bolsonaro fala sobre “ditadura de Maduro” e rejeita intervenção. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/venezuela-bolsonaro-fala-sobre-ditadura-de-maduro-e-rejeita-intervencao/>>. Acesso em 10 de jun. de 2022.

**EXAME.** 2019. Em aceno com o EUA, Brasil cogita rotular Hezbollah como grupo terrorista. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/em-aceno-a-eua-brasil-cogita-rotular-hezbollah-como-grupo-terrorista/>>. Acesso em 21 de maio de 2022.

FAVERÃO, Gustavo de Mauro. Autonomia, universalismo e alinhamento na política externa brasileira do século XX e suas implicações nos processos de integração regional. Marília, 2006.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução a Análise de Política Externa.** Saraiva Educação SA, v. 1, 2017.

FLOSS, Mayara *et al.* Cronologia do “tratamento precoce” para COVID-19 no Brasil: desinformação e comunicação do Ministério da Saúde. 2021. DOI: <<https://doi.org/10.33767/osf.io/kgm65>>.

**FOLHA DE SÃO PAULO (FSP).** 2011. Dilma cobra do Itamaraty diplomacia de resultados. <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2803201108.htm>> Acesso em: 22 de mar.de 2022.

\_\_\_\_\_. 2018a. Anti-Venezuela, Bolsonaro imita ideias chavistas; PT se alinha no eixo externo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/anti-venezuela-bolsonaro-imita-ideias-chavistas-pt-se-alinha-no-eixo-externo.shtml>>. Acesso em 10 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2018b. Bolsonaro planeja trocar Argentina por Chile e preocupa país vizinho. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/10/bolsonaro-planeja-trocar-argentina-por-chile-e-preocupa-pais-vizinho.shtml>>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019a. Após chegada tensa ao Japão, Bolsonaro deixa G20 comemorando acordo com a UE. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/06/apos-chegada-tensa-ao-japao-bolsonaro-deixa-g20-comemorando-acordo-com-a-ue.shtml>>. Acesso em: 18 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019b. Brasil prepara aliança com EUA por defesa da liberdade religiosa. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/09/brasil-prepara-alianca-com-eua-por-defesa-da-liberdade-religiosa.shtml>>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019c. Alinhamento automático do Brasil com EUA causa atritos na cúpula dos Brics. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/alinhamento->

[automatico-do-brasil-com-eua-causa-atritos-na-cupula-dos-brics.shtml](#)>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019d. Após ofender mulher de Macron, Bolsonaro diz que não a ofendeu. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/08/apos-ofender-mulher-de-macron-bolsonaro-diz-que-nao-a-ofendeu.shtml>>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019e. Brasil reconhece senadora como presidente da Bolívia, diz chanceler. Brasília, 12 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/brasil-reconhece-senadora-como-presidente-da-bolivia-diz-chanceler.shtml>>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020a. Bolsonaro desiste de ir ao Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/01/bolsonaro-desiste-de-ir-ao-forum-economico-mundial-em-davos-na-suica.shtml>>. Acesso: 10 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020b. Após se encontrar com Bolsonaro, prefeito de Miami recebe diagnóstico de coronavírus. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/apos-se-encontrar-com-bolsonaro-prefeito-de-miami-e-diagnosticado-com-coronavirus.shtml>>. Acesso em 26 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020c. Embaixada chinesa reage a Eduardo Bolsonaro e fala em 'consequências negativas'. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/11/embaixada-chinesa-reage-a-eduardo-bolsonaro-e-fala-em-consequencias-negativas.shtml>>. Acesso em: 3 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2022. Visitas do presidente Jair Bolsonaro ao exterior. Mundo. Disponível em: <<https://fotografia.folha.uol.com.br/galerias/1722597945597908-visitas-do-presidente-jair-bolsonaro-ao-externo>>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

**FORBES**. 2020. Biden ameaça Brasil com sanções por Amazônia e propõe US\$ 20 bi para floresta. Disponível em: Acesso em: <<https://forbes.com.br/colunas/2020/09/biden-ameaca-brasil-com-sancoes-por-amazonia-e-propoe-us-20-bi-para-floresta/>>. Acesso em: 9 de jun. de 2022.

FRENKEL, Alejandro; AZZI, Diego. Jair Bolsonaro y la desintegración de América del Sur: ¿ un paréntesis?. **Nueva Sociedad**, nº 291, jan-fev. de 2021.

LAFER, Celso. **Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira**. Brasília: Funag, v. 1, 2018.

**G1**. 2019. Eduardo Bolsonaro anuncia desistência da indicação para embaixador do Brasil nos EUA.. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/10/22/eduardo-bolsonaro-anuncia-desistencia-da-indicacao-para-embaixador-do-brasil-nos-eua.ghtml>>. Acesso em: 31 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020 Bolsonaro vai a Montevidéu no domingo para posse do novo presidente do Uruguai. *Política*. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/02/28/bolsonaro-vai-a-montevideu-no-domingo-para-acompanhar-a-posse-do-novo-presidente-do-uruguai.ghtml>>. Acesso em: 25 de maio de 2022.

**GAZETA DO POVO**. 2019. Política externa de Bolsonaro já tem uma marca: o pragmatismo “temperado” com ideologia. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/republica/o-que-bolsonaro-fez-na-politica-externa-2019/>>. Acesso em: 27 de abr. de 2022.

\_\_\_\_\_. Entrevista Ernesto Araújo: Impasse Bolsonaro e Trump, Venezuela e UE. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tbPDekcWBd0>>. Acesso em: 24 de abr. de 2022

\_\_\_\_\_. s/d. Bolsonaro disse que vai tirar o Brasil de Conselho da ONU. Aqui estão 3 razões pelas quais essa é uma ótima notícia. Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/instituto-politeia/bolsonaro-conselho-onu/>>. Acesso em: 1 de jul. de 2022.

**GREENPEACE**. 2020. Brasil em Chamas: do Pantanal à Amazônia, a destruição não respeita fronteiras. Disponível em: <<https://www.greenpeace.org/brasil/blog/brasil-em-chamas-negando-as-aparencias-e-disfarcando-as-evidencias/>>. Acesso em 28 de jun. de 2022.

HERNÁNDEZ, Lorena; MESQUITA, Barbara. Da Unasul ao Prosul: Dinâmicas das Convergências Ideológicas Regionais. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados**, v. 9, n. 18, 2020.

HERMANN, Charles F. Changing course: when governments choose to redirect foreign policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 1, p. 3-21, 1990.

HUDSON, Valerie M. Foreign Policy Decision-Making. *In: Foreign policy decision-making (revisited)*. Palgrave Macmillan, New York, 2002. p. 1-20.

IBGE. **Blocos econômicos 2018**. Disponível em: <[https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas\\_mundo/mundo\\_blocos\\_economicos.pdf](https://atlascolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_mundo/mundo_blocos_economicos.pdf)> Acesso em: 11 de maio de 2022.

**INSTITUTO BUTANTAN**. s/d. Qual a diferença entre SARS-CoV-2 e Covid-19? Prevalência e incidência são a mesma coisa? E mortalidade e letalidade? s/a. Disponível em: <<https://butantan.gov.br/covid/butantan-tira-duvida/tira-duvida-noticias/qual-a-diferenca-entre-sars-cov-2-e-covid-19-prevalencia-e-incidencia-sao-a-mesma-coisa-e-mortalidade-e-letalidade>>. Acesso em: 24 de maio de 2022.

JAGUARIBE, Hélio. Autonomía periférica y hegemonía cêntrica. **Estudios Internacionales**, v. 46, n. 46, 1979.

JAEGER, Bruna Coelho. **Investimentos chineses em infraestrutura na América do Sul: impactos sobre a integração regional**. Rev. Conj. Austral. Porto Alegre. v.8, n.39-40 | p.4-23 | dez. 2016.

JESUS, Ranielle Pessoa de Jesus; RIBEIRO, Ricardo Alaggio. **A crise a política externa do governo Dilma Rousseff (2011-2015)**. 2019.

**JORNAL NACIONAL**. 2019. Bolsonaro recebe em Dallas, nos EUA, prêmio de personalidade do ano. 16 de maio 2019, Rede Globo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/05/16/bolsonaro-recebe-em-dallas-nos-eua-premio-de-personalidade-do-ano.ghtml>>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

**JORNAL NACIONAL**. 2020. Bolsonaro desautoriza Pazuello e suspende compra da vacina Coronovac. 21 de out. de 2020, Rede Globo. Disponível em: <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/10/21/bolsonaro-desautoriza-pazuello-e-suspende-compra-da-vacina-coronovac.ghtml>>. Acesso em: 8 de jun. de 2022.

**JORNAL O GLOBO (O GLOBO)**. Ernesto Araújo: os 'mitos' do discurso de posse do ministro. Youtube, jan. de 2019. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=9qF2wBkcNf0>>. Acesso em: data mar. de 2022.

LACERDA, Eustáquio Juvêncio. **Integração econômica e soberania nacional**. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/sf/senado/unilegis/pdf/UL\\_TF\\_DL\\_2005\\_Eustaquio\\_Juvenicio.pdf](http://www.senado.gov.br/sf/senado/unilegis/pdf/UL_TF_DL_2005_Eustaquio_Juvenicio.pdf)>. Acesso em: 11 de maio de 2022.

LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasil Política Internacional**. v. 42, n. 2, p. 5-17, 1998.

LIMA, Igor Gabriel; NASCIMENTO, José O. Contabilidade Internacional: Um estudo acerca da classificação dos sistemas contábeis G5 e G7. In: **VII Convibra Administração–Congresso Virtual Brasileiro de Administração. Anais**. 2010. p. 1-17.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico. Polêmicas sobre a definição do Impeachment de Dilma Rousseff como Golpe de Estado. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 14, n. 2, p. 67-102, 2020.

MENDES, Pedro Emanuel. R (r) elações I (i) nternacionais, Realismo e Análise da Política Externa (APE): contextualizando a invenção da APE. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 8, n. 1, p. 64-88, 2020.

**MERCADO COMUM DO SUL (MERCOSUL)**. Comunicado conjuntos dos Presidentes dos Estados Partes dos MERCOSUL. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/documento/comunicado-conjunto-dos-presidentes-dos-estados-partes-do-mercosul/>>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020b. Comunicado Presidentes ESTADOS PARTES MERCOSUL e Bolívia\_PT.. Disponível em: <[https://www.mercosur.int/documento/comunicadopresidentes-estados-partes-mercosul-e-bolivia\\_pt/](https://www.mercosur.int/documento/comunicadopresidentes-estados-partes-mercosul-e-bolivia_pt/)>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

**METRÓPOLES**. 2022. Bolsonaro levou filhos para 11 países em viagens oficiais. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/colunas/guilherme-amado/bolsonaro-levou-filhos-para-11-paises-em-viagens-oficiais>>. Acesso em: 21 de jun. de 2022.

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**. 2020. Governo Federal já garantiu 300 milhões de doses de vacina contra Covid-19 para 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2020/dezembro/governo-federal-ja-garantiu-300-milhoes-de-doses-de-vacinas-contr-a-covid-19-para-2021#:~:text=S%C3%A3o%20302%2C9%20milh%C3%B5es%20de,42%2C5%20milh%C3%B5es%20de%20doses.>>> Acesso em: 7 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2021. O que é a Covid-19? Disponível em: <<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>>. Acesso em 24 de maio 2022.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE)**. 2011. Comunicado Conjunto da Presidenta Dilma Rousseff e do Presidente Barack Obama. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-da-presidenta-dilma-rousseff-e-do-presidente-barack-obama-brasilia-19-de-marco-de-2011](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/comunicado-conjunto-da-presidenta-dilma-rousseff-e-do-presidente-barack-obama-brasilia-19-de-marco-de-2011)>. Acesso em: 29 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019a. Ministério das Relações Exteriores. Discurso do ministro Ernesto Araújo durante cerimônia de posse no Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/ernesto-araujo-discurso-de-posse>>. Acesso em: 7 de fev. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019b Declaração Conjunta Presidencial por ocasião da visita de Estado do Presidente Jair Bolsonaro a Buenos Aires. Nota à imprensa nº 151. Cidade Autônoma de Buenos Aires. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-presidencial-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-jair-bolsonaro-a-buenos-aires](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-presidencial-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-jair-bolsonaro-a-buenos-aires)>. Acesso em: 18 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019c. Visita do Presidente da República, Jair Bolsonaro, a Tóquio (Japão) para a cerimônia de entronização do imperador Naruhito. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/es/media/japao-fact-sheet-resultados-out2019.pdf>>. Acesso em: 20 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019d Declaração Conjunta entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China. Nota à imprensa nº 268. República Popular da China. Disponível em: <[www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-24-a-26-de-outubro-de-2019](http://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-entre-a-republica-federativa-do-brasil-e-a-republica-popular-da-china-24-a-26-de-outubro-de-2019)>. Acesso em: 21 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019e Declaração Conjunta por ocasião da Visita Oficial aos Emirados Árabes Unidos de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Jair Bolsonaro. Abu Dhabi. Nota à imprensa nº 270. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-por-ocasio-da-visita-oficial-aos-emirados-arabes-unidos-de-sua-excelencia-o-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-senhor-jair-bolsonaro-abu-dhabi-27-de-outubro-de-2019](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-por-ocasio-da-visita-oficial-aos-emirados-arabes-unidos-de-sua-excelencia-o-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-senhor-jair-bolsonaro-abu-dhabi-27-de-outubro-de-2019)>. Acesso em: 21 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019f. Resultados da Visita Oficial do Senhor Presidente da República ao Estado do Qatar Doha. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/media/resultados-visita-presidencial-ao-qatar.pdf>>. Acesso em: 21 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019g Declaração Conjunta por ocasião da Visita Oficial ao Reino da Arábia Saudita de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Senhor Jair Bolsonaro. Riade. Nota à imprensa nº 74. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-por-ocasio-da-visita-oficial-ao-reino-da-arabia-saudita-de-sua-excelencia-o-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-senhor-jair-bolsonaro-riade-29-e-30-de-outubro-de-2019](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-por-ocasio-da-visita-oficial-ao-reino-da-arabia-saudita-de-sua-excelencia-o-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-senhor-jair-bolsonaro-riade-29-e-30-de-outubro-de-2019)>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019h. Declaração Conjunta sobre Parceria Estratégica para Investimentos entre Brasil e Arábia Saudita. Riade. Nota à imprensa nº 272. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-sobre-parceria-estrategica-para-investimentos-entre-brasil-e-arabia-saudita-riade-29-de-outubro-de-2019](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/declaracao-conjunta-sobre-parceria-estrategica-para-investimentos-entre-brasil-e-arabia-saudita-riade-29-de-outubro-de-2019)>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019i. Eleição do Brasil para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/eleicao-do-brasil-para-o-conselho-de-direitos-humanos-das-nacoes-unidas-2](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/eleicao-do-brasil-para-o-conselho-de-direitos-humanos-das-nacoes-unidas-2)>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019j. Denúncia do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/denuncia-do-tratado-constitutivo-da-uniao-de-nacoes-sul-americanas-unasul](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/denuncia-do-tratado-constitutivo-da-uniao-de-nacoes-sul-americanas-unasul)>. Acesso em 18 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020a. Comunicado Conjunto Brasil-Índia por ocasião da Visita de Estado do Presidente da República Federativa do Brasil à Índia. Nota à imprensa nº 13. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/comunicado-conjunto-brasil-india-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-a-india-25-27-de-janeiro-de-2020](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/comunicado-conjunto-brasil-india-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-a-india-25-27-de-janeiro-de-2020)>. Acesso em: 24 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020b. Declaração de Moscou da XII Cúpula do BRICS. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/declaracao-de-moscou-da-xii-cupula-do-brics](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/declaracao-de-moscou-da-xii-cupula-do-brics)>.

[imprensa/2020/declaracao-de-moscou-da-xii-cupula-do-brics](#)>. Acesso em 15 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2020c. Declaração de Líderes do G20 da Cúpula de Riade. Disponível em: <[https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/declaracao-de-lideres-do-g20-da-cupula-de-riade-2013-16-e-17-11-2020](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2020/declaracao-de-lideres-do-g20-da-cupula-de-riade-2013-16-e-17-11-2020)>. Acesso em: 15 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. s/d. Declaração Conjunta Presidencial e Plano de Trabalho por ocasião da Visita Oficial à República do Chile de Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil, Jair Bolsonaro. Disponível em: <<http://www.institutoribranco.itamaraty.gov.br/artigos/60-noticias/79-declaracao-conjunta-presidencial-e-plano-de-trabalho-por-ocasio-da-visita-oficial-a-republica-do-chile-de-sua-excelencia-o-presidente-da-republica-federativa-do-brasil-jair-bolsonaro>>. Acesso em: 21 de maio de 2022.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (MRE CN).** 2020. Nota da Embaixada da China no Brasil 2020/03/20. Disponível em: <<https://www.mfa.gov.cn/ce/cebr/por/sqhds/t1758489.htm>>. Acesso em: 2 jun. de 2022.

NEVES, Aurélia Nicolau do Carmo Teixeira. **O consenso sobre a noção de “equidistância pragmática” e a política desenvolvimentista de Vargas (1935-1942)**. Belo Horizonte, 2016.

**O GLOBO.** 2016. Bolsonaro se filia ao PSC e é lançado como pré-candidato à Presidência. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-se-filia-ao-psc-e-lancado-como-pre-candidato-presidencia-18792086>>. Acesso em 17 de maio de 2022.

OLIVEIRA, Cesar Augusto Tavares. **A política externa do governo Temer: características e oportunidades de uma política pública negligenciada**. Fronteira: Revista De iniciação científica Em Relações Internacionais, v. 17 n. 34 (2018).

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Política externa brasileira**. Saraiva Educação SA, 2005.

**ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU).** 2020. Unesco apoia combate a incêndios no Pantanal para proteger patrimônios naturais. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/09/1726612>>. Acesso em 28 de jun. de 2022.

**ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE (OPAS).** 2022. Excesso de mortalidade associado à pandemia de COVID-19 foi de 14,9 milhões em 2020 e 2021. 5 maio 2022. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2022-excesso-mortalidade-associado-pandemia-covid-19-foi-149-milhoes-em-2020-e-2021>>. Acesso em: 27 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. s/d. Histórico da pandemia de COVID-19. Disponível em <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid->



\_\_\_\_\_. 2022. Bolsonaro levou filhos em 18 das 26 viagens internacionais. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-levou-filhos-em-18-das-26-viagens-internacionais/>>. Acesso em: 27 de abr. de 2022.

**POLITIZE!** 2016. 7 temas que marcaram a política em 2016. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/politica-em-2016-retrospectiva-7-temas/>>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2022. Soft Power e Hard Power: entenda a diferença. Seção Política Internacional. Disponível em: <[https://www.politize.com.br/soft-power-hard-power/?utm\\_source=rss&utm\\_medium=rss&utm\\_campaign=soft-power-hard-power](https://www.politize.com.br/soft-power-hard-power/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=soft-power-hard-power)>. Acesso em: 10 de abr. de 2022.

POSATO, Karyna Batista; LAGE, Renata Carvalho Martins. A retirada do Brasil do Pacto Global para Migração Segura: um olhar crítico pela ótica do transconstitucionalismo. **Caderno de Relações Internacionais**, v. 11, n. 20, 2020.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. **International organization**, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

RAMANZINI JR, Haroldo; FARIAS, Rogério de Souza. **Análise de política externa**. São Paulo, SP: Contexto, 2021.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 09-26, 2017.

RODRIGUES, Giberto M. A. Trump dos Trópicos? Política Externa e Ultradireitista no Brasil. **Analisis Carolina**. Jun. de 2019.

RUSSELL, Roberto; TOKATLIAN, Juan Gabriel. De la autonomía antagónica a la autonomía relacional: una mirada teórica desde el Cono Sur. **Perfiles Latinoamericanos**. n. 21, p.159-194, 2002.

SALGADO, Vitória Totti; BRESSAN, Regiane Nitsch. O acordo de associação Mercosul-União Europeia e a política externa brasileira. **Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil**, v. 9, n.1, p. 1-22, 2020.

SAMPAIO, Daniel. **Jair Bolsonaro no Facebook: O Marketing Eleitoral Voltado para o Eleitor Conservador**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Julho, 2016.

**SAPIENTIA**. s/d. Atualizações sobre a Unasul e o Conselho de Defesa Sul-Americano. Disponível em: <<https://www.cursosapientia.com.br/conteudo/noticias/atualizacoes-sobre-a-unasul-e-o-conselho-de-defesa-sul-americano#:~:text=Mudan%C3%A7as%20no%20Organismo&text=Segundo%20a%20EBC%2C%20o%20Brasil,nenhum%20outro%20instrumento%20da%20Unasul>>. Acesso em: 19 de jun. de 2022.

SARAIVA, Miriam Gomes; ALBUQUERQUE, Felipe Leal. Como mudar uma política externa?. **CEBRI - Revista: Brazilian Journal of International Affairs**. n. 1, p. 148-166, 2022.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. **Relações Internacionais**, n. 64, 2019.

SILVA, André Luiz Reis da; RIEDIGER, Bruna Figueiredo. **Política externa brasileira: uma introdução**. Curitiba: InterSaberes, 2016.

SILVA, Bruna Sampaio *et al.* Propriedade intelectual e soberania nacional: análise do acordo de salvaguardas tecnológicas entre brasil e estados unidos para o centro espacial de Alcântara. **ÍANDÉ: Ciências e Humanidades**, v. 4, n. 1, p. 22-33, 2020.

SILVA, José Alexandre da *et al.* O Ensino de História a partir do cinema documentário: possibilidades com “O dia que durou 21 anos”. 2021.

SINGER, André *et al.* **Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil**. Boitempo Editorial, 2016.

SIMÕES, Bárbara Bruna de Oliveira. **A política externa do governo Temer: análise da publicação “resenha de política exterior no Brasil” 2016-2017**. Rio Grande do Sul, 2019.

FERNANDES, Ananda Simões. A política externa da ditadura brasileira durante os “anos de chumbo”(1968-1974): as intervenções do “Brasil Potência” na América Latina. **História Social**, n. 18, p. 157-176, 2010.

SPEKTOR, Matias. Diplomacia da ruptura. *In*: ABRANCHES, Sérgio *et al.* **Democracia em risco: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. Companhia das Letras, 2019. p. 324 – 338.

\_\_\_\_\_. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista brasileira de política internacional**, v. 47, p. 191-222, 2004.

SPEKTOR, Matias *et al.* O projeto autonomista na política externa brasileira. *In*: MONTEIRO NETO, A. (Ed.). **Política externa, espaço e desenvolvimento**. Cidade: Brasília: Ipea, 2014.

**THE NEW YORK TIMES (NYT)**. 2017. Trump Recognizes Jerusalem as Israel’s Capital and Orders U.S. Embassy to Move. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/12/06/world/middleeast/trump-jerusalem-israel-capital.html>>. Acesso em: 02 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019. Bolsonaro Finds Anticorruption Vow Threatened by Cases Close to Home. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/01/24/world/americas/jair-bolsonaro-davos.html>>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL DO BRASIL (TSE BR)**. 2018. Plano de proposta de governo 2018. ano. Disponível em:

<[https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta\\_1534284632231.pdf](https://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf)>. Acesso em: 4 de fev. de 2022.

**UNIÃO EUROPEIA (UE)**. s/d. História da UE. Disponível em: [https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu\\_pt](https://european-union.europa.eu/principles-countries-history/history-eu_pt)>. Acesso em: 10 de jun. de 2022.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)**. 2019. Especialistas analisam resultados viagem de Bolsonaro aos Estados Unidos. Notícias Externas. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/especialistas-analisam-resultados-viagem-de-bolsonaro-aos-estados-unidos>>. Acesso em: 17 de maio de 2022.

**UOL**. 2018. Discurso anti-china de Bolsonaro causa apreensão sobre negócios com o país. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/reuters/2018/10/25/discurs-o-anti-china-de-bolsonaro-causa-apreensao-sobre-negocios-com-o-pais.html>>. Acesso em 10 de jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019. Bolsonaro chega à Arábia Saudita atrás de investimento e de acalmar relação. Riade. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2019/10/28/bolsonaro-chega-a-arabia-saudita-atras-de-investimento-e-de-acalmar-relacao.htm>>. Acesso em: 23 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2021a. Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga: os 4 ministros da Saúde da pandemia. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/15/mandetta-teich-pazuello-e-queiroga-os-4-ministros-da-saude-da-pandemia.htm>>. Acesso em: 5 jun. de 2022.

\_\_\_\_\_. 2021b. Bolsonaro e Mourão: 4 vezes em que presidente e vice se desentenderam. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/11/embaixada-chinesa-reage-a-eduardo-bolsonaro-e-fala-em-consequencias-negativas.shtml>>. Acesso em 22 de jun. de 2022.

VALDEZ, Robson Coelho Cardoch. A quem serve a diplomacia presidencial de Bolsonaro? 21 de set. de 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/democracia-e-diplomacia/2021/10/07/a-quem-serve-a-diplomacia-presidencial-de-bolsonaro.htm?cmpid=&cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 10 de abr. de 2022.

**VEJA**. 2019a. George Bush é surpreendido com visita inesperada de Bolsonaro. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/george-bush-e-surpreendido-com-visita-inesperada-de-bolsonaro/>>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

\_\_\_\_\_. 2019b. Ministro do Meio Ambiente defende permanência do Brasil no Acordo de Paris. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/brasil/ministro-do-meio-ambiente-defende-permanencia-do-brasil-no-acordo-de-paris/>>. Acesso em 22 de jun. de 2022.

VIANA, André Rego; CINTRA, Marcos Antonio Macedo. G20: os desafios da coordenação global e da rerregulação financeira. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**. 2010.

VIDIGAL, Carlos Eduardo; BERNAL-MEZA, Raúl. Bolsonaro versus Rio Branco: transição hegemônica, América do Sul e política externa. **Revista de Relaciones Internacionales, Estrategia y Seguridad**, v. 15, n. 2, p. 11-26, 2020.

VIGEVANI, Tullo. **A política externa brasileira na era FHC: um exercício de autonomia pela integração**. "Tempo Social", São Paulo. Volume 15, n. 2, novembro de 2003, p. 31-61.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. **A política externa brasileira: a busca de autonomia, de Sarney a Lula**. São Paulo. Editora Unesp, 2009.

\_\_\_\_\_. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto internacional**, v. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VIGEVANI, Tullo; JÚNIOR, Haroldo Ramanzini. Autonomia, integração regional e política externa brasileira: Mercosul e Unasul. **Dados**, v. 57, p. 517-552, 2014.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. **Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração**. Tempo Social USP. Novembro, 2003.

**WORLD WILDLIFE FUND (WWF)**. 2020. Retrospectiva 2020: Pantanal teve recordes históricos de queimadas. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?77589/Retrospectiva-2020-Pantanal-teve-recordes-historicos-de-queimadas>>. Acesso em 28 de jun. de 2022.